

CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA

ANO 2023



PROGRAMA DE
**INTE
GRI
DADE**

do Tribunal de Justiça
do Estado do Paraná



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

Equipe de elaboração

Coordenadoria de Governança, Riscos e Conformidade

Thiago Martini Ribeiro Pinto – Coordenador

Alexandre Arns Steiner

Aline Luiza Lima Furlan

Daniela Borges de Carvalho

Fábio de Araujo

João Guilherme Lopes

José Henrique Cesário Pereira

Laís Cândida Ferreira

Laís Leopoldo Dantas

Roberta Geneci Neves Weber Teigão

Revisão ortográfica

Vagner Cesar Campos Maciel

Diagramação

Letícia Cristina Ferro

Meline D'Agnoluzzo Zortéa



TJPR

Agosto/2024

SUMÁRIO

| | |
|----------------------------------------------------------------|-----------|
| COMENTÁRIO DO GESTOR | 6 |
| MENSAGEM DO PRESIDENTE | 7 |
| INTRODUÇÃO | 9 |
| IDENTIFICAÇÃO GERAL | 11 |
| INTERESSE PÚBLICO | 15 |
| ATIVIDADES DESENVOLVIDAS | 21 |
| METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO | 22 |
| PRESTAÇÃO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL | 24 |
| PROMOÇÃO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS | 32 |
| PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE CIDADANIA | 32 |
| GESTÃO ADMINISTRATIVA | 42 |
| ESTRUTURA DE CONTROLE | 54 |
| GESTÃO DE RISCOS | 55 |
| CONTROLES INTERNOS | 56 |
| DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS | 61 |
| INVESTIMENTOS NO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO | 66 |
| POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA | 67 |
| FATORES DE RISCO RELEVANTES | 74 |



COMENTÁRIO DO GESTOR

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Excelentíssimos Magistrados, Magistradas, Servidores, Servidoras, Jurisdicionados e Jurisdicionadas, é com satisfação que disponibilizamos a terceira edição da Carta Anual de Governança do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, referente ao ano de 2023. Nela, são apresentadas as ações que apoiaram o cumprimento dos nossos objetivos institucionais e a prestação de serviços de interesse público à sociedade paranaense.

Nesta edição, detalhamos os resultados alcançados, os indicadores de desempenho e as iniciativas implementadas ao longo do ano de 2023. Demonstramos o empenho e o comprometimento de todas as pessoas que compõem o Judiciário paranaense para fortalecer a governança institucional, aprimorar a gestão administrativa e financeira e prestar contas sobre as ações e projetos empreendidos para modernizar o nosso Tribunal e aumentar os resultados entregues aos jurisdicionados e à sociedade.

No ano de 2023, empreendemos um passo consciente e firme para nos tornarmos um Tribunal de Justiça mais ético e íntegro: lançamos o Programa de Integridade do TJPR, contendo um conjunto de ações para prevenir, detectar, orientar e remediar atos de corrupção, fraudes e desvios éticos. Alicerçado no slogan “Integridade a gente constrói todo dia”, o Programa foi lançado durante o Fórum Internacional de Integridade, com a presença do Excelentíssimo Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux.



Também em 2023, alcançamos, mais uma vez, a categoria Ouro no Prêmio CNJ de Qualidade. Pelo quarto ano consecutivo, o Tribunal de Justiça do Paraná é reconhecido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como o melhor Tribunal Estadual de grande porte do país. Esse prestigioso prêmio certifica o trabalho contínuo realizado pela Corte de Justiça paranaense, com uma significativa redução no tempo de tramitação dos processos entre 2021 e 2023.

O objetivo fundamental do Prêmio CNJ de Qualidade é incentivar os Tribunais brasileiros a buscarem a excelência em diversos aspectos, incluindo gestão e planejamento, organização administrativa e judiciária, sistematização e disseminação de informações e produtividade, todos fundamentais para uma prestação jurisdicional eficiente e qualificada. Estamos, mais uma vez, honrados em ser referência nesse processo.

Além disso, 2023 trouxe marcos históricos para nossa jornada rumo à eficiência e à modernização do Tribunal de Justiça do Paraná. A publicação da Lei Estadual nº 21.811, em dezembro de 2023, materializou a Reforma Administrativa Marcos Christo, assim nominada em homenagem ao sagaz Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Marcos Vinícius Christo, que muito precocemente nos deixou. A nova estrutura organizacional do TJPR, resultado de um trabalho colaborativo entre todos os gestores, que buscou descentralizar a tomada de decisão e promover uma gestão mais participativa e eficiente, representa um avanço significativo em nossa busca por uma administração judiciária mais ágil, moderna e eficiente.

Estamos confiantes de que a jornada percorrida em 2023 nos permitirá atender de forma ainda mais eficaz, eficiente e efetiva às demandas da sociedade paranaense e continuar garantindo uma administração judiciária acessível, célere e sustentável. Agradeço a todas as pessoas envolvidas por seu trabalho árduo e dedicação ao longo de 2023. Que possamos continuar avançando juntos, em direção a um futuro cada vez mais promissor para o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Des. Luiz Fernando Tomasi Keppen
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

INTRODUÇÃO

Cumprindo as disposições da Resolução nº 336/2022, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que instituiu a Política e o Sistema de Governança do Judiciário paranaense, apresenta-se à sociedade e às partes interessadas a Carta Anual de Governança do Poder Judiciário do Estado do Paraná, relativa ao ano de 2023.

Em continuidade à Carta Anual de Governança dos anos anteriores, esta edição proporciona uma análise abrangente sobre o cumprimento da missão institucional, a efetivação da prestação jurisdicional, a promoção de métodos consensuais de solução de conflitos e a execução de projetos voltados para a cidadania. Adicionalmente, são apresentadas as atualizações de dados relevantes do Tribunal de Justiça do Paraná, referentes ao ano de 2023, reforçando o compromisso contínuo com a integridade, a prestação de contas e a busca constante pela excelência na administração da Justiça.

IDENTIFICAÇÃO GERAL

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná é um órgão do Poder Judiciário brasileiro, com sede na cidade de Curitiba e jurisdição em todo o Estado do Paraná.

A criação do TJPR se deu por meio da Lei Estadual nº 03, de 12 de junho de 1891, sendo inicialmente instituído como Tribunal de Apelação do Paraná, composto, à época, por 05 Desembargadores e 08 Comarcas.

Atualmente, o Tribunal de Justiça possui uma estrutura complexa de gestão, cujos principais dados e resultados são apresentados neste documento.

| INSTITUIÇÃO | TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ |
|----------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| CNPJ | 77.821.841/0001-94 |
| SEDE | Curitiba/Paraná |
| ENDEREÇO | Praça Nossa Senhora Salette, S/N CEP 80.530-912 |
| ABRANGÊNCIA | 399 municípios do Paraná |
| COMARCAS | 163 Comarcas |
| SERVENTIAS JUDICIAIS | Estatizadas: 447 Não estatizadas: 307 |
| SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS | 1.089 |
| SITE DO TJPR | www.tjpr.jus.br |
| TELEFONE | (41) 3200-2000 |
| REDES SOCIAIS | Instagram: @tjproficial Twitter: @TJPRoficial Facebook: Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – TJPR Youtube: Tribunal de Justiça do Paraná – TJPRoficial TJPR – Sessões Tribunal do Júri TJPR Escola Judicial – EJUD TJPR |

A Política e o Sistema de Governança Institucional do Tribunal de Justiça do Paraná, criada pela Resolução nº 336/2022, consiste no modo como as estruturas de governança e gestão se organizam, interagem e procedem para alcançar, de forma eficiente, eficaz e efetiva, os objetivos organizacionais e para conferir suporte à tomada de decisão. O Sistema de Governança Institucional compreen-

de as estruturas de governança e de gestão, o fluxo de informações, os processos de trabalho e as atividades relacionadas à avaliação, ao direcionamento e ao monitoramento da gestão do Tribunal de Justiça.

Os agentes responsáveis pelas estruturas de governança e de gestão da Corte de Justiça paranaense são apresentados a seguir:

| INSTÂNCIA INTERNA DE GOVERNANÇA | |
|----------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| CÚPULA DIRETIVA | <p>Des. Luiz Fernando Tomasi Keppen - Presidente do Tribunal de Justiça</p> <p>Des^a. Joeci Machado Camargo – 1^a Vice-Presidente</p> <p>Des. Fernando Antônio Prazeres – 2^o Vice-Presidente</p> <p>Des. Hamilton Mussi Corrêa – Corregedor-Geral da Justiça</p> <p>Des. Roberto Antônio Massaro – Corregedor da Justiça</p> |
| ÓRGÃO ESPECIAL | <p>Des. Luiz Fernando Tomasi Keppen – Presidente do Tribunal de Justiça e Presidente do Órgão Julgador,</p> <p>Des. Telmo Cherem,</p> <p>Des. Carvílio da Silveira Filho,</p> <p>Des. Marcus Vinicius de Lacerda Costa,</p> <p>Des. Rogério Luis Nielsen Kanayama,</p> <p>Des. Lauro Laertes de Oliveira,</p> <p>Des. Antônio Renato Strapasson,</p> <p>Des. Hamilton Mussi Corrêa – Corregedor-Geral da Justiça,</p> <p>Des. Eugênio Achille Grandinetti,</p> <p>Des. Miguel Kfoury Neto,</p> <p>Des. Hayton Lee Swain Filho,</p> <p>Des. José Maurício Pinto de Almeida,</p> <p>Des. Luiz Carlos Gabardo,</p> <p>Des. Paulo Cezar Bellio,</p> <p>Des. Jorge de Oliveira Vargas,</p> <p>Des^a. Joeci Machado Camargo – 1^a Vice-Presidente,</p> <p>Des. José Sebastião Fagundes Cunha,</p> <p>Des. Espedito Reis do Amaral,</p> <p>Des. Roberto Portugal Bacellar,</p> <p>Des. Domingos Thadeu Ribeiro da Fonseca,</p> <p>Des. Rogério Etzel,</p> <p>Des. Fabian Schweitzer,</p> <p>Des. Luciano Carrasco Falavinha Souza,</p> <p>Des. Francisco Cardozo Oliveira,</p> <p>Des. Andrei de Oliveira Rech</p> |

INSTÂNCIAS INTERNAS DE APOIO A GOVERNANÇA

| | |
|----------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------|
| Ouvidoria-Geral da Justiça | Des. Fernando Ferreira de Moraes – Ouvidor-Geral Des. Ruy Alves Henriques Filho – Ouvidor |
| Auditoria Interna | Maurício Cardoso Segundo – Chefe da Unidade |
| Secretaria de Planejamento | Vinícius Rodrigues Lopes – Secretário |
| Coordenadoria de Governança, Riscos e Conformidade | Thiago Martini Ribeiro Pinto – Coordenador |

ESTRUTURA DE GESTÃO

| | |
|------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| CÚPULA ADMINISTRATIVA | <p>José Luiz Faria de Macedo Filho – Secretário-Geral do Tribunal de Justiça</p> <p>Maria Alice de Carvalho Panizzi – Vice-Secretária-Geral do Tribunal de Justiça</p> <p>Ana Carolina Mion Pilati do Vale – Secretária Especial da Presidência</p> <p>Hélcio José Vidotti – Secretário de Gestão de Pessoas</p> <p>Hermes Ribeiro da Fonseca Filho – Secretário de Contratações Institucionais</p> <p>Igor Brayner dos Santos – Secretário Judiciário</p> <p>Mariana da Costa Turra Brandão – Secretária de Infraestrutura</p> <p>Moacir Carneiro Junior – Secretário de Finanças</p> <p>Rafael Coninck Teigão – Secretário de Tecnologia da Informação</p> <p>Vinícius Rodrigues Lopes – Secretário de Planejamento</p> <p>Conforme o contido na Resolução nº 336/2022, também compõem a Cúpula Administrativa:</p> <p>Camila Taís Scorsim – Chefe de Gabinete da 1ª Vice-Presidência</p> <p>Larissa Barreto Maciel – Chefe de Gabinete da 2ª Vice-Presidência</p> <p>Carlos Andrei Velho – Diretor do Gabinete da Corregedoria-Geral da Justiça</p> <p>Thiago Alexandre de Souza Coser – Chefe do Gabinete do Corregedor da Justiça</p> <p>Laís Lecinia Barboza – Diretora do Departamento da Corregedoria-Geral da Justiça</p> <p>André Luiz Massad – Diretor do Departamento da Magistratura</p> <p>Fernando Scheidt Mader – Diretor do Departamento de Gestão Documental</p> <p>Liciane Junia Baltazar – Coordenadora Executiva da Escola Judicial do Paraná</p> <p>Patrícia Caetano – Diretora do Departamento de Precatórios</p> <p>Rafael Correa – Diretor da Assessoria de Recursos</p> |
|------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

INTERESSE PÚBLICO

O interesse público, alicerçado nas demandas da coletividade, constitui a base de uma sociedade justa e equitativa. Nesse sentido, o Poder Judiciário paranaense se compromete a seguir valores fundamentais, promover a harmonia social e defender os direitos individuais e coletivos perante a sociedade.

Ainda, a transparência e a prestação de contas são elementos essenciais para fortalecer a confiança da sociedade no sistema judicial, consolidando a ideia de que a justiça serve a todos, sem distinção.

O Tribunal de Justiça do Paraná concretiza a sua dedicação ao exercício do interesse público por meio do cumprimento da sua missão institucional, guiada pela visão de futuro almejada e pelos valores que direcionam a instituição, conforme apresentado a seguir:



Missão: Nós existimos para realizar Justiça, por meio da resolução de conflitos, assegurando a paz social.

Visão: Pretendemos nos consolidar como um Tribunal de excelência na prestação de serviços judiciários.



Valores:

- Justiça, eficiência, inovação e sustentabilidade;
- Transparência, ética e integridade;
- Respeito, acessibilidade, diversidade, inclusão e valorização das pessoas.

Nossa estrutura



Nossas Pessoas



Serventias Judiciais



Serventias Extrajudiciais



Distribuição da Força de Trabalho por Gênero



| | Homens | Mulheres | Total |
|-----------------------------------------------------------------|------------|------------|------------|
| Desembargadores | 107 | 21 | 128 |
| Desembargadores Substitutos | 37 | 20 | 57 |
| Juiz de Direito da Turma Recursal dos Juizados Especiais | 13 | 11 | 24 |
| Juiz de Direito de Comarca de Entrância Final | 190 | 168 | 358 |
| Juiz de Direito de Comarca de Entrância Intermediária | 53 | 56 | 109 |
| Juiz de Direito de Comarca de Entrância Inicial | 50 | 27 | 77 |
| Juiz de Direito Substituto | 80 | 70 | 150 |
| Juiz Substituto | 16 | 09 | 25 |
| Total | 546 | 382 | 928 |



| | Homens | Mulheres | Não Informado* | Total |
|-----------------------------------|-------------|-------------|----------------|-------------|
| Servidores Efetivos | 2864 | 2969 | - | 5833 |
| Servidores Comissionados | 920 | 2403 | - | 3323 |
| Estagiários | 1452 | 2676 | - | 4128 |
| Voluntários | 53 | 161 | - | 214 |
| Cedidos de Órgãos Externos | 64 | 120 | - | 184 |



| | Homens | Mulheres | Não Informado* | Total |
|-------------------------------|-------------|--------------|----------------|--------------|
| Servidores Temporários | 18 | 19 | - | 37 |
| Juízes Leigos | 172 | 303 | - | 475 |
| Conciliadores | 128 | 352 | - | 480 |
| Mediadores | 63 | 158 | - | 221 |
| Terceirizados | 1225 | 904 | 402 | 2531 |
| Total | 6959 | 10065 | 402 | 17426 |

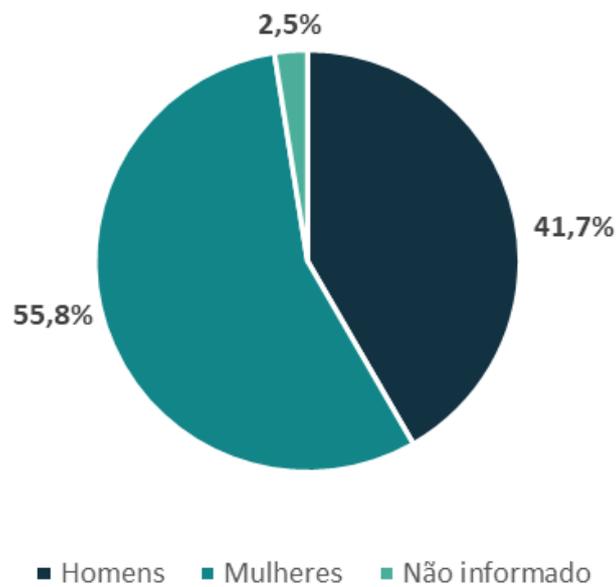
* Dados pendentes de registro pelas empresas responsáveis.



| | Homens | Mulheres | Não Informado | Total |
|--------------------------------------|------------|------------|---------------|-------------|
| Agentes Delegados Titulares | 519 | 357 | 04 | 880 |
| Agentes Delegados Interinos | 50 | 65 | 0 | 115 |
| Agentes Delegados Substitutos | 0 | 0 | 05 | 05 |
| Serventuários Titulares | 38 | 22 | 28 | 88 |
| Serventuários Interinos | 61 | 52 | 53 | 166 |
| Serventuários Substitutos | 0 | 0 | 04 | 04 |
| Total | 668 | 496 | 94 | 1258 |

O gráfico a seguir apresenta o percentual da participação feminina nas mais diversas funções dentro do Tribunal de Justiça do Paraná, o que corresponde a quase 56% do total da força de trabalho, evidenciando o compromisso do TJPR com a promoção da equidade em seu quadro de pessoal.

Distribuição da Força de Trabalho por Gênero

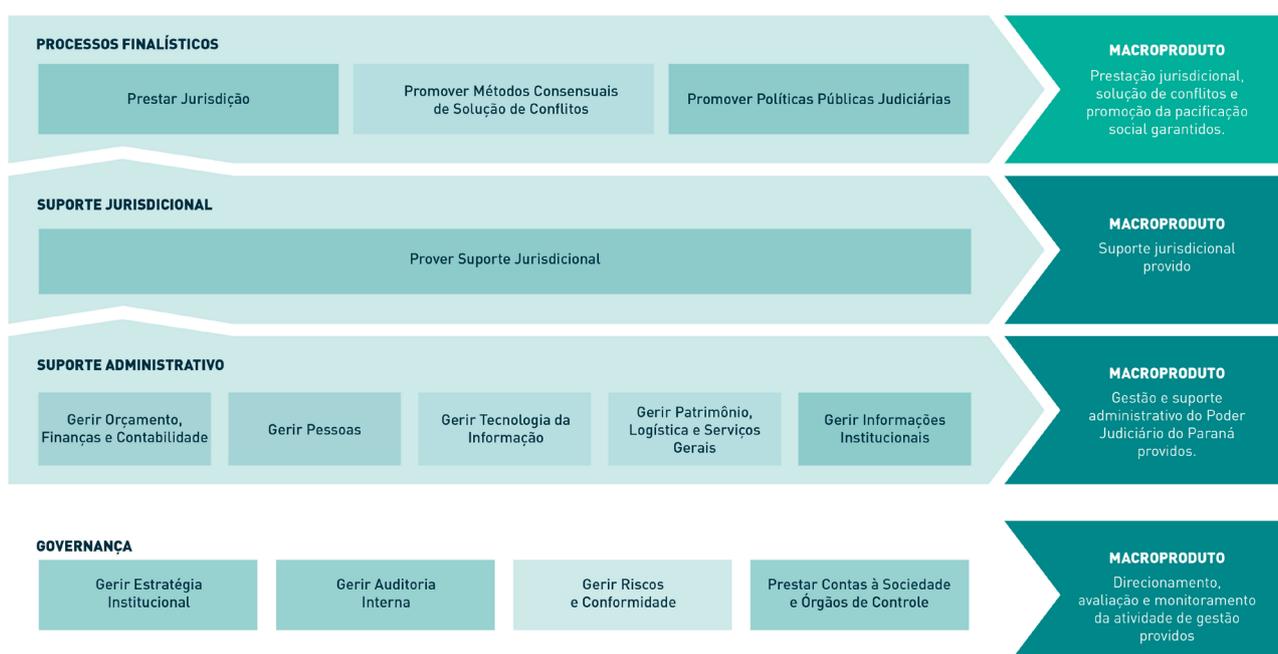


ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

As principais atividades desenvolvidas no Tribunal de Justiça do Paraná estão apresentadas na atual Cadeia de Valor da instituição, que oferece uma visão abrangente das ações realizadas e de como elas se inter-relacionam para gerar e entregar valores e resultados à sociedade.

Atualmente a Cadeia de Valor do TJPR está passando por um processo de atualização, conduzido por um grupo de trabalho multidisciplinar. Essa iniciativa reflete o compromisso do Tribunal com a melhoria contínua e a preocupação em modernizar seus processos de trabalho.

Cada uma das atividades planejadas e realizadas visa à otimização de suas operações e à melhoria contínua para que resulte em maior qualidade e agilidade nos processos, com o propósito de garantir uma gestão eficiente e eficaz.



METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO

Segundo o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), as Metas Nacionais do Poder Judiciário, estabelecidas por meio de um acordo firmado entre os presidentes dos tribunais, servem como um importante instrumento para impulsionar o alcance dos principais objetivos definidos pelo Judiciário e refletem o compromisso com o aprimoramento da prestação jurisdiccional, visando oferecer à sociedade serviços mais rápidos, eficientes e de qualidade. Além disso, também são uma forma de verificar o alcance dos macrodesafios estabelecidos na Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026, por meio da Resolução nº 325/2020 do CNJ.

Na tabela a seguir, podem ser observados os resultados alcançados pelo Tribunal de Justiça do Paraná no cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário para o ano de 2023.

| METAS | GRAU DE CUMPRIMENTO PELO TJPR |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Meta 1: Julgar quantidade maior de processos de conhecimento em relação aos distribuídos no ano corrente |  96,03% |
| Meta 2: Identificar e julgar, até 31/12/2021, determinado percentual de processos antigos, de diversos períodos de tramitação | <p data-bbox="970 421 1054 450">1º Grau</p>  85,55% |
| | <p data-bbox="970 568 1054 598">2º Grau</p>  97,48% |
| | <p data-bbox="906 716 1118 745">Juizados e Turmas</p>  107,01% |
| Meta 3: Estimular a conciliação |  100% |
| Meta 4: Identificar e julgar determinado percentual de ações de improbidade administrativa, de ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública e de ilícitos eleitorais |  120,32% |
| Meta 5: Reduzir a taxa de congestionamento | Não foi divulgado pelo CNJ |
| Meta 6: Identificar e julgar determinado percentual de ações coletivas e recursos oriundos de ações coletivas distribuídos em diversos períodos de tramitação | Não foi divulgado pelo CNJ |
| Meta 7: Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos | Não foi divulgado pelo CNJ |
| Meta 8: Priorizar o julgamento dos processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres | <p data-bbox="954 1733 1086 1762">Feminicídio</p>  120% |
| | <p data-bbox="890 1874 1134 1904">Violência doméstica</p>  155,03% |

| | |
|------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------|
| Meta 9: Integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário | Não foi divulgado pelo CNJ |
| Meta 10: Promover a saúde de magistrados e servidores |  174,6% |
| Meta 11: Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica |  75,25% |
| Meta 12: Impulsionar os processos de ações ambientais | Não foi divulgado pelo CNJ |

PRESTAÇÃO DA ATIVIDADE JURISDICIONAL

A missão primordial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, enquanto órgão integrante do Poder Judiciário nacional, é promover uma prestação jurisdicional acessível, de qualidade, efetiva e célere aos jurisdicionados. O TJPR reconhece a importância fundamental da justiça para a sociedade e se dedica a assegurar que todos os cidadãos tenham igual acesso aos seus serviços e que suas demandas sejam atendidas de forma justa e eficiente.

Nesta seção, são demonstrados os projetos e ações que foram implementados, objetivando a entrega de uma prestação jurisdicional mais acessível e célere, pautada pela qualidade e pela efetividade:

- A **Central de Movimentações Processuais**, é uma unidade judiciária que atua, de forma remota e permanente, junto às unidades judiciárias de 1º grau, visando auxiliá-las por meio da centralização de atos da Secretaria. No ano de 2023, a unidade atendeu 420 módulos do PROJUDI, que correspondem a 104 varas judiciais de todo o estado, e realizou mais de 190 mil pré-análises e 395.839 expedições em sentido estrito, totalizando a realização de 585.921 atos de diversas naturezas.



Quantitativo de unidades judiciárias atendidas pela CMP nos últimos 3 anos:



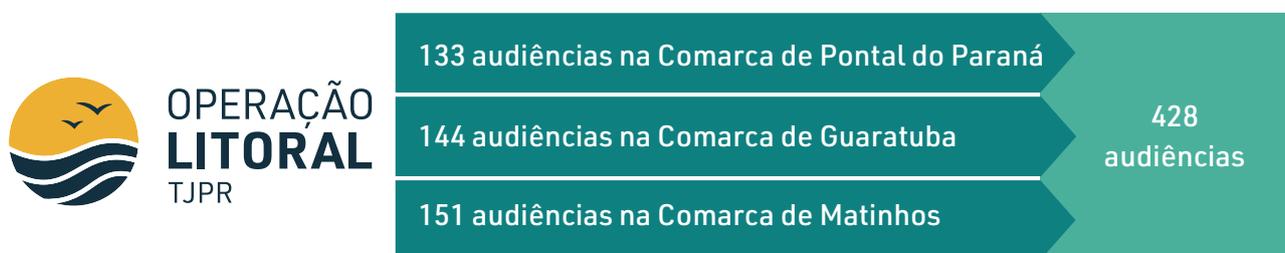
Nos últimos 2 anos a CMP aumentou as unidades atendidas em 612%

- **PROJUDI:** Em maio, foi disponibilizada uma nova funcionalidade de vinculação automática das guias de Custas Judiciais e Diligências dos Oficiais de Justiça, emitidas por meio do portal oficial do Projudi. A funcionalidade proporciona maior comodidade aos jurisdicionados, agiliza o processo de emissão das guias e gera automaticamente os respectivos movimentos no sistema processual. Os jurisdicionados podem contar com um procedimento mais simplificado e eficiente na emissão de guias, sem a necessidade de realizar tarefas adicionais no sistema Projudi.
- Número de usuários internos e externos que utilizam os sistemas do TJPR geridos pela Secretaria de Tecnologia da Informação:



- **O Núcleo de Justiça 4.0 de Saúde Suplementar** do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná foi instalado em julho de 2023, por meio do Decreto Judiciário nº 498/2023. O órgão tem competência cível e territorial, restrita ao Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, para processar e julgar ações judiciais que envolvem planos de saúde, fornecimento de insumos e medicamentos, reajuste contratual e tratamento médico-hospitalar e domiciliar.
- No mês de setembro, esta Corte e o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais firmaram um **Termo de Cooperação Judiciária**, que visa concentrar a defesa de todas as ações em tramitação ou ajuizadas contra o grupo 123Milhas. O termo, que garante segurança jurídica e maior celeridade à prestação jurisdicional, torna possível a suspensão das ações individuais já ajuizadas nos diversos tribunais brasileiros, cujo processamento poderia colocar em risco o princípio da igualdade e sobrecarregar o Sistema de Justiça.

- Por meio da Resolução nº 411 – OE, de 29 de setembro de 2023, foram criadas as **Secretarias Especializadas em Movimentações Processuais**. Trata-se de um novo modelo de Secretaria, tendo como objetivo trazer maior produtividade, celeridade, economia de gastos e redução geral do tempo de duração dos processos, resultando, assim, em uma melhor prestação jurisdicional. A Secretaria Especializada em Movimentações Processuais reúne Secretarias de Varas Judiciais, de semelhante competência material, com estrutura funcional e organizacional próprias, para a tramitação centralizada e padronizada dos processos judiciais eletrônicos de unidades judiciárias de primeiro grau de jurisdição.
- Realizada anualmente, a **Operação Litoral** atua no período de férias de verão, com o objetivo de proporcionar a resolução ágil e eficaz dos conflitos que estão sob a esfera de atuação dos Juizados Especiais Cível e Criminal. A Operação alcançou nas edições 2022/2023 e 2023/2024, exclusivamente nos períodos pertencentes ao ano de 2023, os seguintes resultados:



- **Adoções:** No ano de 2023, o TJPR alcançou o percentual de 87,41% de processos de adoção tramitando há 240 dias ou menos. Isso reflete a eficiência do TJPR nos casos de adoção, permitindo que crianças sejam acolhidas em lares adotivos de forma mais rápida, reduzindo o tempo de institucionalização e os custos associados ao processo. Quanto às reavaliações trimestrais de acolhimento, alcançou-se o percentual de 95,78% de regularidade nos registros.
 - No que diz respeito à reintegração familiar, 1.501 crianças e adolescentes foram reintegrados às suas famílias no ano de 2023. No que se refere à adoção, conforme estatística fornecida pelo Conselho Nacional de Justiça, por meio do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), o Estado do Paraná realizou a adoção de 588 crianças e adolescentes, mantendo-se em segundo lugar em relação aos demais Estados do Brasil e ao Distrito Federal.

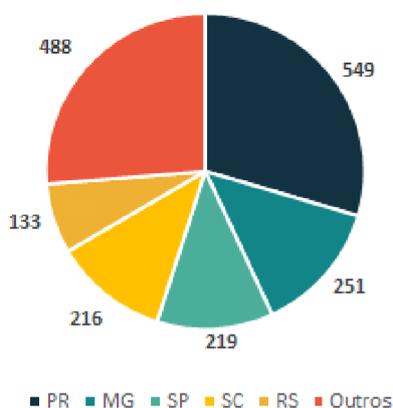


- O projeto **A.DOT** tem como objetivo principal estimular a adoção de crianças e de adolescentes que geralmente não se enquadram nos perfis desejados pelos pretendentes habilitados. Por meio do aplicativo **A.DOT**, uma plataforma digital que faz o vínculo das crianças disponíveis à adoção com os pretendentes habilitados interessados, foram realizadas 35 adoções em 2023. No total, desde 2018, o aplicativo A.DOT propiciou a concretização de 160 adoções.



- Em maio, aconteceu a **V Semana da Adoção no Judiciário**, que contou com a participação de 12 comarcas. Dentre as ações realizadas, destacam-se as seguintes:
 - ▶ 09 ações que visaram debater sobre a adoção, por meio de palestras/seminários, com o intuito de propiciar esclarecimentos;
 - ▶ 05 momentos de preparação aos pretendentes à adoção; e
 - ▶ 04 ações que se destacaram pela articulação da rede de atendimento às crianças e aos adolescentes.
- No gráfico abaixo, estão representados os Estados brasileiros com o maior número de crianças e adolescentes em acolhimento familiar no ano de 2023. O Estado do Paraná lidera com 549 crianças/adolescentes de um total de 1.856 em acolhimento em todo o Brasil, o que representa quase 30% do total nacional.

Crianças/Adolescentes em Acolhimento Familiar



- Em 2023, o número de reintegrações familiares realizadas no Estado do Paraná foi de 1.499, representando mais de 10% do total de reintegrações feitas em todo o Brasil, no mesmo período.



- Durante o ano de 2023, a **Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID)** implementou iniciativas destinadas a conscientizar e sensibilizar a sociedade em relação a diversos temas. Dentre eles, destacam-se os seguintes:
 - Cerimônia de assinatura de Termo de Cooperação Técnica referente ao projeto “Laboratório de Estudos de Femicídios”, em parceria com a Universidade Estadual de Londrina (UEL). O TJPR fornecerá informações sobre as pautas de julgamentos de feminicídio do Tribunal do Júri de todo o estado e disponibilizará recursos humanos da CEVID para colaboração no desenvolvimento das pesquisas da universidade e de eventuais contrapartidas.
 - Em novembro, foi inaugurada, no Judiciário paranaense, mais uma edição da campanha “21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres”, uma mobilização global que envolve diversos entes e esferas sociais, com o intuito de unir esforços e dar maior visibilidade à temática, tendo como objetivo denunciar e erradicar as várias formas de violência contra as mulheres, bem como informá-las e orientá-las sobre Direitos Humanos.
 - A CEVID elaborou uma nova cartilha informativa à população que versa sobre relacionamento abusivo. O material tem como objetivo fornecer orientações sobre como lidar com situações de violência doméstica, muitas vezes relatadas e/ou vivenciadas dentro de um relacionamento abusivo.



- No mês de dezembro, foi realizada reunião para divulgação de informe preliminar relativo ao mapeamento nacional de grupos reflexivos para homens autores de violência. A iniciativa é uma parceria entre a CEVID, o Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro (COCEVID) e o Núcleo Margens, da Universidade Estadual de Santa Catarina. O [relatório preliminar do Mapeamento Nacional de Grupos Reflexivos e Responsabilizantes para Homens Autores de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulheres no Brasil](#) foi divulgado em janeiro de 2024.



- No dia 16 de agosto, a CEVID lançou um vídeo institucional, intitulado [“Violência doméstica: como identificar e pedir ajuda”](#), voltado para vítimas de violência doméstica. Trata-se de um “passo a passo” para a identificação de possíveis casos de violência doméstica, incluindo instruções a serem seguidas desde a identificação da agressão até a realização da denúncia.
- O projeto **CEVID-Educatron**, que tem como objetivo transmitir aos estudantes, à comunidade escolar e à sociedade informações que possam contribuir para a prevenção da ocorrência

de violência doméstica e familiar, alcançou 2.104 escolas no Estado com material informativo sobre o tema, incluindo a exibição de um vídeo educativo em todos os colégios da rede estadual de ensino. O vídeo traz informações sobre a violência doméstica e a Lei Maria da Penha, com um enfoque voltado para crianças e adolescentes.

- **Programa Justiça ao Espectador - Esporte e Grande Eventos** - No ano de 2023, o programa atuou em 53 eventos esportivos ou de entretenimento.
- A Semana Nacional do Registro Civil, intitulada **"Registre-se!"**, aconteceu entre os dias 08 e 12 de maio. Este programa se caracteriza por uma ação em prol da cidadania, inclusão e respeito aos mais vulneráveis, permitindo o resgate da sua cidadania e a reinserção na sociedade. Após levantamento final realizado no Estado do Paraná, os dados apontaram o total de 1.954 atendimentos prestados, o acolhimento de 990 usuários e a emissão de 1.407 documentos básicos.



- Após um longo processo de mediação realizado pela **Comissão de Soluções Fundiárias e pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC)** do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no Natal de 2023, os mais de 2 mil moradores da ocupação "Nossa Senhora Aparecida", mais conhecida como "Aparecidinha", localizada na região norte de Londrina (PR), conquistaram o direito de regularizar suas casas e ter acesso aos serviços básicos de saneamento, eletricidade e fornecimento de água.
- **Demandas Repetitivas:** O Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) tem como objetivo fixar tese jurídica a ser aplicada em todos os processos, individuais ou coletivos, garantindo que não existam julgamentos conflitantes sobre questões de direito idênticas. Já os Incidentes de Assunção de Competência (IAC) compreendem a uniformização da jurisprudência, de forma preventiva, em relação à questão de direito, com grande repercussão social, sem repetição em múltiplos processos.

Nessa temática, o ano de 2023 teve os seguintes números:



Total de Processos e Recursos em trâmite no Poder Judiciário Paranaense sobrestados em face de:



- Destaca-se que os andamentos dos Precedentes Qualificados do Tribunal de Justiça são diariamente atualizados, disponibilizados no site do NUGEP e podem ser acessados na consulta externa do Sistema Projudi.
- **BNP** – iniciado o envio de dados do Projudi ao Banco Nacional de Precedentes (BNP), visando tornar este repositório fonte efetiva do entendimento de todos os precedentes qualificados da Justiça Brasileira, com acesso para toda a população.
- Na página do **Núcleo de Gerenciamento de Precedentes – NUGEP** foi disponibilizado formulário automatizado para que qualquer pessoa possa fazer indicações de questões jurídicas a serem dirimidas por meio de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR), Incidentes de Assunção de Competência (IAC) ou Grupos de Representativos (GR).

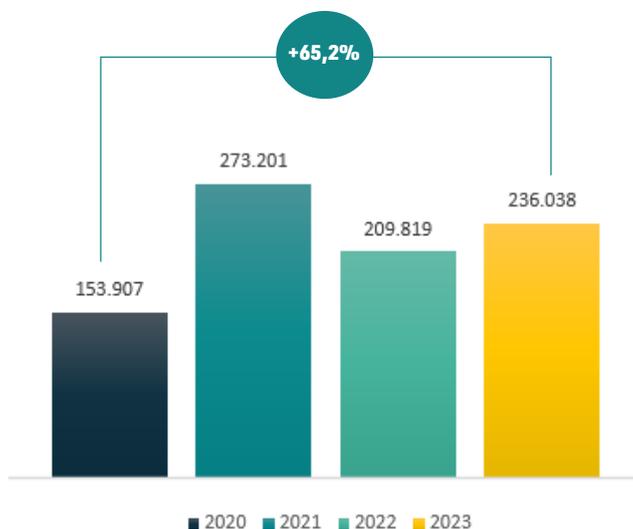
PROMOÇÃO DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

- A realização da XVIII Semana Nacional da Conciliação, em novembro, apresentou o conceito “A um passo da Solução”, com o objetivo de mostrar à população que os métodos adequados de solução de conflitos, tais como a mediação e a conciliação, são os melhores e mais eficazes caminhos para acabar com as controvérsias judiciais.
- Em relação às audiências de conciliação e mediação realizadas no ano de 2023, foram efetivadas 229.079 audiências de conciliação e 6.959 audiências de mediação, resultando em um total de 236.038.



- A solução consensual foi exitosa em 41.273 audiências, que resultaram em acordos, sendo 36.216 em audiências de conciliação e 5.057 em audiências de mediação.

Audiências de Conciliação e Mediação



PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE CIDADANIA

O compromisso do TJPR em desempenhar um papel efetivo na sociedade é contínuo, buscando garantir o pleno exercício da cidadania e demonstrar responsabilidade tanto social quanto ambiental. Seguem abaixo as ações que exemplificam esse comprometimento:

Ações de Inclusão, Acessibilidade e Respeito à Diversidade



- A CEVID realizou a entrega de materiais de higiene arrecadados pela campanha de combate à pobreza menstrual em prol da saúde da mulher. Foram mais de 13 mil itens de higiene arrecadados, entre absorventes, toalhas umedecidas, sabonetes, sabonetes íntimos, desodorantes, creme dental, escovas de dente, entre outros materiais.
- Já em dezembro, o TJPR entregou mais de 8 mil brinquedos e itens de higiene, arrecadados durante a campanha Natal Solidário de Curitiba, realizada pelas "Embaixadoras do Bem". Magistrados e servidores contribuíram para a arrecadação de mais de 700 brinquedos e cerca de 5 mil itens de higiene, como fraldas geriátricas e lenços umedecidos. A campanha atendeu mais de 1.200 crianças em situação de vulnerabilidade.



- **Entrega Voluntária:** em 2023, foram realizadas ações para divulgar a Resolução nº 485/2023 do CNJ e o Manual sobre Entrega Voluntária, com uma campanha de sensibilização para garantir a autonomia da mulher na maternidade e os direitos da criança. Cartazes e folders da campanha "Entrega Consciente - permita que uma criança tenha um outro destino" foram distribuídos a todas as Comarcas do Estado. Além disso, foi publicada a Resolução nº 417-OE, em 23 de outubro de 2023, estabelecendo procedimentos para atender adequadamente gestantes ou parturientes que desejem entregar voluntariamente seus filhos para adoção no âmbito do Poder Judiciário do Paraná.
- Em junho, foi assinado Termo de Cooperação Técnica para a criação do "Programa de Empregabilidade para mulheres em situação de violência doméstica e familiar", que são atendidas pela Lei Maria da Penha, com o objetivo de consolidar esforços para o desenvolvimento pessoal, educacional e profissional das vítimas de violência doméstica.

Por meio do Programa, serão realizados eventos e cursos de formação, além de encaminhamento das mulheres para vagas de emprego.

- **Acolhimento de Pessoas Autodeclaradas Gays, Transexuais e Travestis:** o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (GMF/TJPR), acompanhou as ações voltadas ao tratamento penal da população LGBTQIA+ privada de liberdade, participando de um Grupo de Trabalho do Departamento de Polícia Penal. O grupo realizou três encontros para identificar necessidades e estratégias para garantir os direitos dessa população. A principal ação foi acompanhar a mudança da unidade prisional destinada a transexuais, travestis e homens gays vulneráveis, anteriormente na Cadeia Pública de Rio Branco do Sul, onde enfrentavam dificuldades de acesso a direitos fundamentais. Em agosto de 2023, o GMF visitou a Cadeia Pública de Toledo, e se reuniu com atores locais para fortalecer o diálogo e garantir a continuidade de projetos que assegurem esses direitos.
- Em agosto de 2023, a Ação Itinerante para a Promoção dos Direitos das Pessoas em Situação de Rua reuniu 22 instituições públicas e privadas e organizações da sociedade civil, sendo que mais de 600 pessoas em situação de rua foram atendidas por um mutirão organizado pelo Tribunal de Justiça. As pessoas foram recebidas por organizações da sociedade civil que ofertam serviços de justiça, assistência social, saúde, registros civis e trabalho.
- Em cerimônia realizada no Tribunal de Justiça, ao final do mês de novembro, foi entregue um cheque simbólico, no valor de R\$ 30.454,00, ao Hospital Erasto Gaertner. A doação foi arrecadada durante um chá beneficente promovido em novembro. O evento, em prol do hospital, reuniu magistrados, servidores e amigos do Judiciário e da luta contra o câncer. A instituição atende cerca de 400 mil pessoas todos os anos e é referência no atendimento aos pacientes com câncer em todo o Brasil.



- No mês de outubro, o Programa **"Justiça e Cidadania Também se Aprendem na Escola"** completou 30 anos, com mais de 6 milhões de crianças atendidas na capital e no interior. Seu objetivo é facilitar e difundir o acesso à Justiça, por meio da divulgação de noções básicas sobre direitos e cidadania às crianças.

- Em 2023, foram atendidos cerca de 16 mil alunos distribuídos em aproximadamente 400 escolas municipais, abrangendo cerca de 45 comarcas do estado. Em Curitiba, o atendimento alcançou 25 escolas municipais e aproximadamente 2.500 alunos e alunas.



45 COMARCAS



400 ESCOLAS



16 MIL ALUNOS

- Implementação do programa **Escolas Humanizadas**, que se destina a levar diversas ações e projetos educacionais às escolas, envolvendo estudantes, docentes, equipe pedagógica e equipe de apoio. Esse programa compreende quatro projetos, sendo eles o Pesquisa-Ação nas Escolas, o Sensibilização da Comunidade Escolar/Escolas Colaborativas, o Cevid-Educatron e o Se Liga na Justiça. Esses projetos estão correlacionados e ocorrem, de maneira interdependente, para atender às diferentes necessidades dos alunos e da comunidade escolar. Assim, mais de um projeto pode ser aplicado em cada escola.
 - O projeto **"Pesquisa-Ação nas Escolas"** tem por objetivo a criação, nos ambientes escolares, de espaços em que, por meio do protagonismo do estudante, todos os atores envolvidos no meio colegial desenvolvam ferramentas teórico-metodológicas adequadas à gestão pacífica de conflitos, em especial, às questões relacionadas à violência doméstica e familiar contra a mulher. Assim, pretende-se capacitar a comunidade sobre o tema, em especial o público adolescente/jovem, apresentando conhecimentos, informações e orientações, em linguagem e formato acessíveis e de fácil compreensão. Atualmente, esse projeto é desenvolvido em 10 escolas.

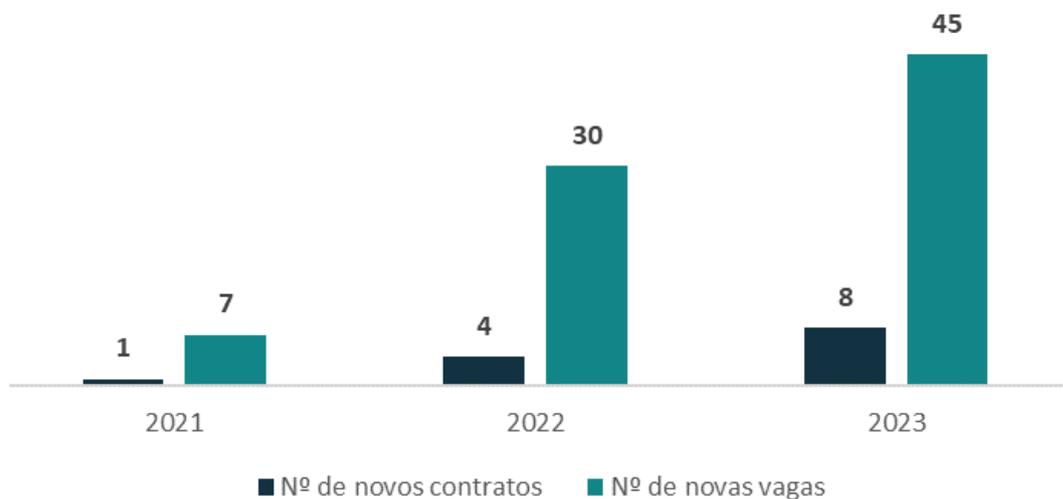


- Em julho, foram incorporados, como instrumento terapêutico à rede de proteção às crianças e adolescentes vítimas de violência, na Comarca de Londrina, os cachorros Bello, Snow e Teela. Os animais têm a função, entre outras, de receber crianças e adolescentes, ajudando a humanizar o ambiente do Tribunal e a diminuir a ansiedade, além de serem facilitadores na criação de um vínculo entre a equipe de psicólogas do TJPR e os pacientes.

- A Resolução nº 307/2019 do CNJ instituiu a Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional no Âmbito do Poder Judiciário, sendo um marco valioso para a sistematização de ações públicas voltadas à reintegração social dessas pessoas. Entre suas determinações, a Resolução exige que os órgãos do Poder Judiciário contratem serviços de empresas que empreguem uma proporção específica de ex-detentos, conforme estipulado no artigo 11.

O TJPR foi pioneiro na implementação dessa medida, graças à colaboração entre o Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (GMF/TJPR), a Presidência do TJPR e o então Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados, com o apoio do Programa Fazendo Justiça Nacional. Um Termo de Cooperação Técnica, envolvendo a Secretaria de Estado da Segurança Pública do Paraná (SESP/PR), o Departamento de Polícia Penal do Estado do Paraná (Deppen), a Federação dos Conselhos da Comunidade do Estado do Paraná (Feccompar) e o TJPR, resultou nas seguintes ofertas e preenchimento de vagas por ex-detentos do sistema prisional entre os anos de 2021 e 2023:

Contratos de terceirização de serviços do TJPR com vagas para pessoas egressas



- Documentos do portal eletrônico do TJPR foram adaptados seguindo a política de acessibilidade e inclusão social, tornando-os mais acessíveis às pessoas com deficiência visual.

Entre as principais alterações, está a retirada das expressões “saiba mais” e “clique aqui” dos textos de conteúdo web e em formato PDF. Além disso, as imagens de capa foram alteradas para serem facilmente lidas por softwares assistentes de leitura.

- Com relação às capacitações na temática de acessibilidade, apresentam-se os seguintes dados:



- Durante o ano de 2023, o programa **Justiça no Bairro** alcançou um marco significativo, realizando mais de 549 mil atendimentos à população. Além disso, foram 47 eventos realizados; 11.709 audiências; 136 municípios atendidos; 304 retificações de registros civil; 2.353 certidões e 109 audiências de lavratura; além de 2.839 uniões realizadas por meio do casamento coletivo.
 - O programa também apresentou o "Atendimento Noturno". É uma iniciativa experimental que quebra tradições, oferecendo flexibilidade nos horários de atendimento judiciário, especialmente para questões familiares.



○ Programa Moradia Legal:

O Programa Moradia Legal tem por objetivo colaborar com as ações de regularização fundiária urbana de que trata a Lei Federal nº 13.465/2017, auxiliando no processo de titulação dos imóveis públicos ou particulares, ocupados pela população de baixa renda em núcleos urbanos informais assim declarados em ato do Poder Executivo Municipal.

- O TJPR, por meio do Programa Moradia Legal, assinou em agosto o Termo de Cooperação do Programa Carbono Neutro (PCN) juntamente com representantes de sete municípios paranaenses: Clevelândia, Porto Vitória, Araucária, Campina do Simão, Campo Largo e Foz do Iguaçu. O objetivo do programa é fomentar ações de combate às emissões de gases do efeito estufa.
- Destaca-se que o Programa Moradia Legal realizou a entrega de diversos títulos de imóveis públicos ou particulares nos últimos anos, sendo 335 em 2021, 459 em 2022 e 2.366 em 2023, totalizando 3.160 títulos entregues ao longo desses três anos. Esses números indicam um aumento significativo na quantidade de títulos entregues anualmente, indicando sucesso e alcance do Programa.



Ações de Saúde e Bem-estar

- Grupo de atividades físicas - no mês de julho, foi realizado o projeto para formação de grupos esportivos, iniciativa alinhada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 03 da Organização das Nações Unidas (ONU), para promover saúde e bem-estar. O primeiro a ser formado foi o grupo de corrida, com adesão de aproximadamente 323 integrantes em todo o estado, gerando um movimento de encontros em quase todos os finais de semana. A ação promove a qualidade de vida no quadro funcional do TJPR, bem como serve de exemplo para a sociedade com relação ao cuidado com a saúde, com a prática de hábitos saudáveis e, inclusive, com o bom convívio e integração entre as pessoas.
- Corrida contra o Femicídio – evento realizado em novembro, em que todo o estado foi convidado a participar. A ação, além de promover a qualidade de vida do quadro funcional do TJPR, deu exposição ao importante tema de combate ao feminicídio, levando à sociedade essa reflexão.
- Campanha “24 horas pelo Diabetes” - por meio de uma live realizada em 29 de novembro, o evento teve o objetivo de alertar e expor a importância da identificação precoce da diabetes, sinais e sintomas da doença, e tratamento não farmacológico.
- “Setembro Amarelo: ações, mitos e verdades” e “Conversando com a Ansiedade” foram eventos realizados em setembro com o objetivo de promover a conscientização, o conhecimento e as habilidades necessárias para melhorar a saúde e o bem-estar dos magistrados e servidores do TJPR.
- *Burnout*: a Síndrome do Esgotamento Profissional – este evento teve como objetivo estimular a conscientização e o conhecimento para aprimorar a saúde e o bem-estar dos magistrados e servidores do TJPR, envolvendo medidas para tomar decisões sobre sua saúde, a promoção de comportamentos saudáveis e o incentivo à busca de cuidados adequados quando necessário.



- Foi desenvolvida uma nova forma de atendimento para magistrados, servidores e estagiários, com ações de prevenção e informação. A primeira foi o “Saúde em Dia”, um quadro com vídeos curtos e educativos veiculados quinzenalmente. Os vídeos, que abordaram temas na área da saúde, foram divulgados por meio do site e das redes sociais do Tribunal.

- Também foi lançado o programa Escola da Coluna, com a finalidade de evitar ou reduzir a dor lombar. Ao longo do ano de 2023, foram abertas quatro turmas formadas por colaboradores. Durante os encontros, foram reforçados conceitos de ergonomia, estímulo à melhora da postura e manutenção de atividades físicas, além do aprendizado de exercícios a serem realizados de forma continuada pelos servidores.
- Além disso, o TJPR organizou, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça, o Seminário Internacional de Saúde Mental, o qual trouxe efeitos práticos para a efetivação da política anti-manicomial. Consigne-se, neste ponto, que a Política Antimanicomial do Poder Judiciário estabelece procedimentos e diretrizes para implementar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

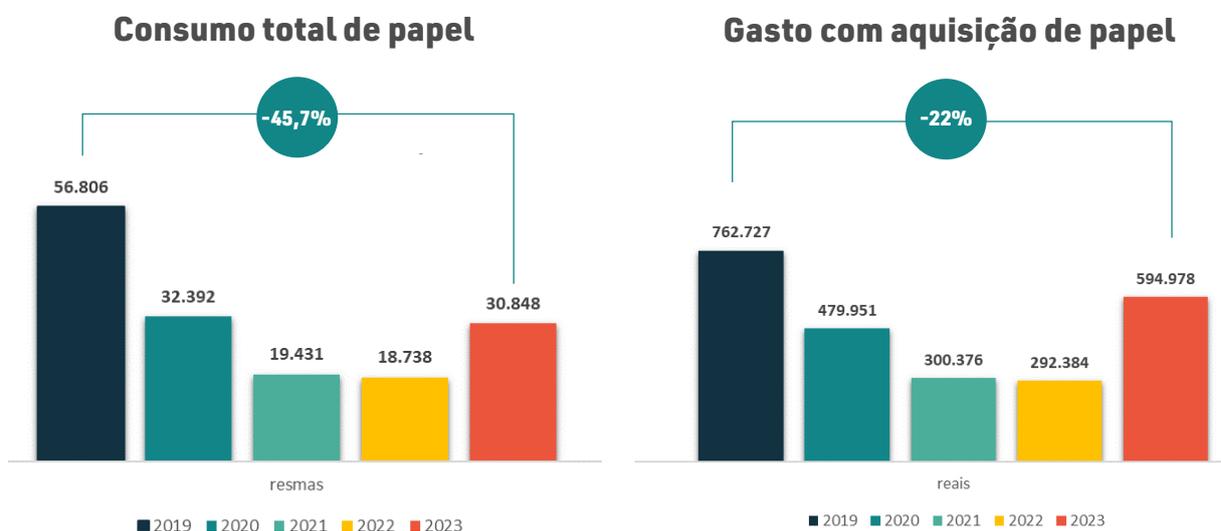
Ações de Sustentabilidade

- **Dia da Árvore** – Para a celebração ao dia da árvore, foi promovida em setembro, no TJPR, uma exposição de bonsais junto à Associação Paranaense de Bonsai. Um evento com a presença da única araucária em bonsai do mundo. Neste mesmo mês, também foi realizada a distribuição de 350 mudas de árvores, doadas pelo Instituto Água e Terra (IAP), na esplanada do prédio anexo ao Palácio da Justiça.

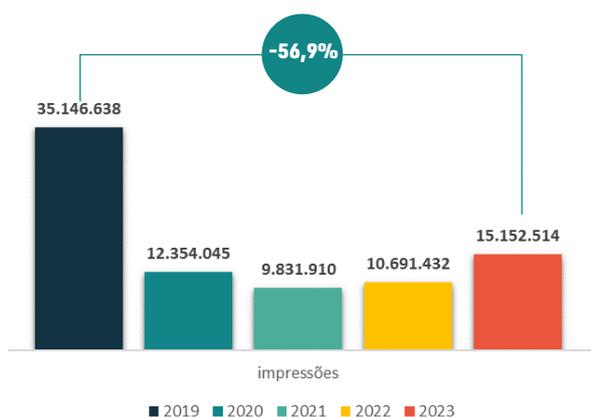


- Realizou-se a ação de promoção à sustentabilidade no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Londrina, com a destinação correta de 558 itens de informática classificados como inservíveis. Os aparelhos foram entregues a uma empresa especializada em reciclagem de lixo eletrônico. Entre os bens descartados, estavam telefones, impressoras, scanners, monitores, estabilizadores, leitores de código de barras, microfones e computadores.
- No mês de junho, foi realizado o **7º Encontro de Gestão Judiciária Sustentável**. O evento online reuniu especialistas e promoveu uma reflexão sobre as questões de sustentabilidade em diferentes vertentes. Os palestrantes trataram de temas como mudanças climáticas, responsabilidade civil ambiental e atuação do poder público na área ambiental.
- O TJPR ficou em 2º lugar no ranking do **Índice de Desempenho da Sustentabilidade (IDS)**, do CNJ, com um IDS de 80,6%. A 7ª edição do Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário, realizado pelo CNJ, reconhece os tribunais que promovem a economia e a gestão eficiente dos recursos, com vistas à proteção ao meio ambiente.

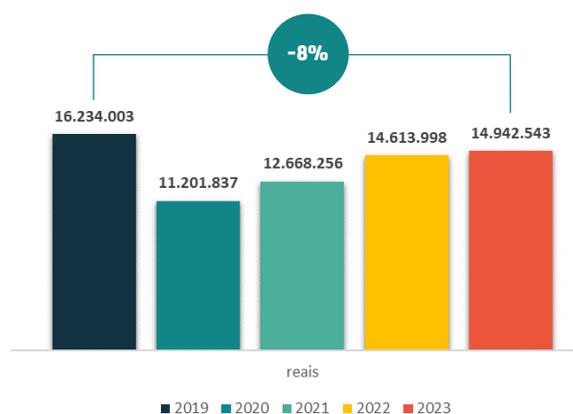
- Em outubro, foram realizadas ações de conscientização na **"Semana do Lixo Zero"**, criada pela Lei Estadual nº 19.979/2019. O Núcleo Socioambiental desenvolveu diversos eventos de promoção da sustentabilidade. Entre as principais ações, estão a campanha interna de coleta de resíduos eletrônicos, o *workshop* sobre a adequação de hábitos de consumo ao aproveitamento integral dos alimentos, a montagem de uma tenda para divulgação de projetos relacionados à sustentabilidade em parceria com a Secretaria do Meio Ambiente da Prefeitura de Curitiba e a realização do *webinário* com o tema "Resíduos sólidos – um diálogo sobre economia circular e pegada de carbono".
- Também, no ano de 2023, foi concluído o programa de eficiência energética junto à Companhia Paranaense de Energia (COPEL), substituindo as lâmpadas fluorescentes por aquelas com tecnologia tipo LED em 105 edificações próprias do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
- Em relação às metas do Plano de Logística Sustentável (PLS), foram atingidas 27 das 30 metas avaliadas, alcançando um percentual de cumprimento de 90%.
- Abaixo, são apresentadas as informações referentes aos indicadores de sustentabilidade obtidos em 2023, comparados aos anos anteriores, com destaque para 2019, quando o consumo e as despesas do TJPR não tinham sido afetados pela pandemia de Covid-19, e o ano de 2021, quando as atividades, ainda que parcialmente, voltaram ao formato presencial.



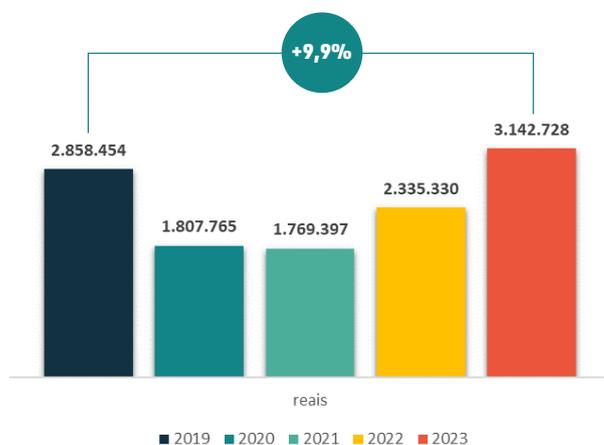
Quantidade de impressões



Gasto com energia elétrica



Gasto com água

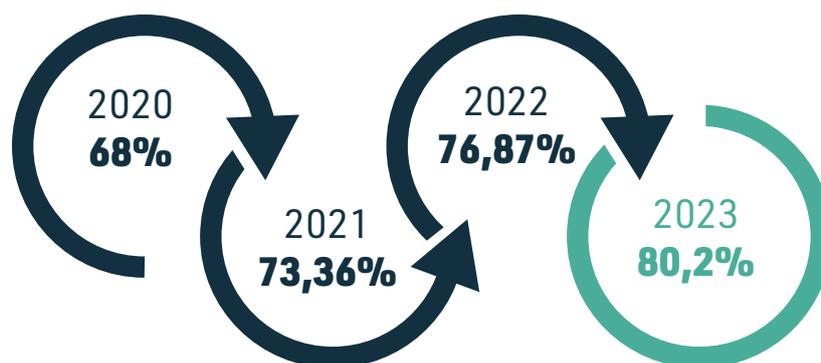


GESTÃO ADMINISTRATIVA



○ **Prêmio CNJ de Qualidade:** criado em 2019, em substituição ao Selo Justiça em Números, para destacar as principais ações dos tribunais brasileiros nos eixos de Governança, Produtividade, Transparência, Dados e Tecnologia. O objetivo do prêmio é estimular os tribunais brasileiros à busca pela excelência na gestão e planejamento; à organização administrativa e judiciária; à sistematização e disseminação das informações; e à produtividade, sob a ótica da prestação jurisdicional.

- O TJPR conquistou a categoria ouro no Prêmio CNJ de qualidade e, pelo quarto ano consecutivo, foi reconhecido pelo Conselho Nacional de Justiça como o melhor Tribunal Estadual de grande porte do país.
- Ainda, alcançou seu melhor índice de avaliação, 80,2%, o que reforça a melhora gradativa ao longo dos últimos anos.



- No ano de 2023, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná também obteve o primeiro lugar entre os tribunais de justiça de grande porte no Ranking da Transparência, o qual avalia o grau de informação que os tribunais e conselhos disponibilizam à sociedade.
- O TJPR passou por uma importante reorganização administrativa no ano de 2023. Foi realizada a reformulação do organograma do tribunal, estabelecendo uma nova organização de fluxos e processos. A Reforma Administrativa Marcos Christo, assim nominada em homenagem ao Juiz Auxiliar da Presidência, doutor Marcos Vinicius Christo (*in memoriam*), foi desenvolvida a partir de trabalho colaborativo entre todos os gestores, que recolheram dados e informações sobre seus departamentos para a reformulação e elaboração de um novo regimento. A presidência do Tribunal ficará mais focada em gestão e planejamento, enquanto a execução e a administração estarão a cargo de 07 novas secretarias temáticas que foram criadas.
 - As novas Secretarias foram denominadas da seguinte forma:

- SECRETARIA-GERAL
- VICE-SECRETARIA-GERAL
- SECRETARIA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA
- SECRETARIA JUDICIÁRIA
- SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
- SECRETARIA DE FINANÇAS
- SECRETARIA DE CONTRATAÇÕES INSTITUCIONAIS
- SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
- SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
- SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Planejamento Estratégico Institucional



A tabela a seguir apresenta o detalhamento dos resultados alcançados no ano de 2023 dos Objetivos Estratégicos do Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Paraná, para o ciclo 2021-2026:

| OBJETIVO ESTRATÉGICO | DESEMPENHO | NÍVEL DE SATISFAÇÃO DO OBJETIVO ESTRATÉGICO |
|-----------------------------------------------------------------------|------------|---------------------------------------------|
| Garantia dos Direitos Fundamentais | 71,43% | Satisfatório |
| Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade | 100% | Excelência |
| Promoção da Sustentabilidade | 100% | Excelência |
| Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional | 88,89% | Satisfatório |

| | | |
|-----------------------------------------------------------------------------------|--------|--------------------|
| Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais | 66,67% | Em desenvolvimento |
| Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos | 75% | Satisfatório |
| Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios | 33,33% | A aprimorar |
| Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal | 75% | Satisfatório |
| Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária | 50% | Em desenvolvimento |
| Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas | 77,78% | Satisfatório |
| Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira | 100% | Excelência |
| Fortalecimento de TIC e de Proteção de Dados | 83,33% | Satisfatório |

A seguir, são apresentados alguns indicadores estratégicos de destaque:

| INDICADOR ESTRATÉGICO | META 2023 | RESULTADO 2023 | DESEMPENHO | NÍVEL DE SATISFAÇÃO |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|----------------|------------|---------------------|
| Índice de edificações com acessibilidade física | 15 | 29 | 193,33% | Excelência |
| Índice de implementação do Plano de Acessibilidade e Inclusão (PAI) | 30% | 63,64% | 212,12% | Excelência |
| Número de unidades judiciárias atendidas pela Central de Movimentação Processual | 75 | 420 | 560% | Excelência |
| Índice de celeridade no atendimento geral aos jurisdicionados | 94,2% | 98,55% | 104,62% | Excelência |
| Índice de julgamento de processos relacionados ao feminicídio e à violência doméstica e familiar contra as mulheres | 60% | 60% | 100% | Excelência |
| Índice de precatórios com autorização de pagamento | 61% | 98,88% | 162,10% | Excelência |

Para conferir todos os 72 indicadores estratégicos e seu desempenho em 2023, acesse o link: <https://www.tjpr.jus.br/pe-pjpr-2021-2026>

- O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná assinou, em março de 2023, documento que oficializa o compromisso de participar da iniciativa “Pacto pelo Futuro”, lançada pelo Governo do Estado do Paraná. Referido Pacto permite que toda a sociedade colabore na construção do Plano Plurianual 2024-2027, que é um instrumento de planejamento de médio prazo com metas que representam o compromisso do Estado com os cidadãos. Além disso, a iniciativa promove um diálogo efetivo com os demais Poderes e a população, bem como torna claro o trabalho realizado pelos órgãos e departamentos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Inovação

- O **aplicativo de celular TJPRjus**, lançado em agosto, é uma ferramenta que permite aos magistrados e magistradas a visualização de todos os seus processos em um único lugar. Pelo próprio celular, será possível assinar acórdãos, declarar votos e proferir conclusões de 1º e 2º graus.
 - Desde o lançamento até o início de dezembro, foram 548.132 assinaturas; 10.144 assinaturas de acórdãos; 511.864 conclusões de 1º grau; 26.041 conclusões de 2º grau; e 66.655 o número total de documentos assinados.



- A ferramenta **NatJusGPT** foi desenvolvida para proporcionar uma busca altamente eficiente e acessível, baseada em inteligência artificial, com o objetivo de aprimorar a pesquisa e a recuperação de notas técnicas no sistema e-NatJus do CNJ, um banco de dados nacional que abriga pareceres técnico-científicos e notas técnicas elaboradas com base em evidências científicas na área da saúde. A utilização de algoritmos de processamento de linguagem natural possibilitou uma pesquisa mais acessível, permitindo que os usuários façam consultas usando termos e frases comuns em vez de linguagem técnica.
- O **Jurisprudencia GPT** é um projeto de pesquisa que utiliza linguagem natural e foi aproveitado e aperfeiçoado, a partir do sucesso do NatJusGPT, para se tornar uma ferramenta que possui uma base de dados para pesquisa muito maior. Também munido de inteligência artificial, ele processa a pergunta e identifica os termos jurídicos relevantes. Em seguida, investiga o banco de dados

de jurisprudência do TJPR, buscando decisões que se encaixam. Os resultados da pesquisa são apresentados de forma amigável e organizados, e em linguagem simples, destacando os pontos mais importantes. Além disso, a ferramenta oferece links para os documentos completos, caso seja necessária uma análise mais aprofundada.

Capacitações

As capacitações são ferramentas importantes para o desenvolvimento e a excelência na prestação dos serviços do TJPR. Capacitando magistrados e servidores para enfrentar os desafios cotidianos, os diversos cursos e eventos realizados por esta Corte de Justiça abrangem uma variedade de áreas. Abaixo serão destacadas algumas ações realizadas no ano de 2023, além de dados quantitativos:

- Em agosto, ocorreu o evento “Espaço de Fala – Mulheres Transexuais e Travestis e acesso à Justiça, um diálogo necessário”. O evento teve como objetivo abordar a temática dos casos de violência contra a mulher, com enfoque na garantia do acesso à justiça pelas mulheres transexuais e travestis.
- O 2º Fórum Paranaense de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (FOVID) ocorreu de 31 de maio a 2 de junho.
- Webinário: “Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência”.
- Ciclo de palestras: Deficiência, família e cuidados. Em parceria com a Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR).
- Campanha da Semana de Combate ao Assédio e à Discriminação no Poder Judiciário.
- Programa Saúde em Dia: *Como o assédio moral afeta a saúde?*.
- Programa Saúde em Dia: *Você sabe quais são as problemáticas e consequências envolvidas no assédio moral e sexual?*.
- Realização de oficinas para os gestores das unidades, com o objetivo de capacitar os servidores no desenvolvimento de habilidades de liderança, baseado na Gestão por Competências, proposto pelo respectivo Comitê de Gestão por Competências em parceria com a unidade de Gestão por Competências.
- Promoção de *webinário* no “Dia Nacional da Luta da Pessoa com Deficiência” com as palestras intituladas: “Pessoa com deficiência – A evolução do conceito, modelo social de deficiência e a (in)constitucionalidade da internação psiquiátrica involuntária” e “Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência – A Lei Brasileira de Inclusão de Pessoa com Deficiência”.
- Foram realizadas palestras sobre “Direitos da Pessoa com Deficiência – Curatela e Tomada de Decisão Apoiada”, no mês de março de 2023, nas modalidades presencial e online.

- Para celebrar o Dia Nacional da Consciência Negra, no dia 20 de novembro, o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná realizou o evento "Consciência Negra: desafios e possibilidades". Palestras e apresentações culturais trataram dos desafios a serem travados pela sociedade diante do preconceito e da exclusão racial. A ação foi desenvolvida, por meio da Comissão de Igualdade e Gênero do TJPR, com apoio da Escola Judicial do Paraná (EJUD) e da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (CEVID) desta Corte.
- Em dezembro de 2023, foi lançado o curso virtual para profissionais atuantes no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, produzido pela CEVID, em parceria com a Escola Judicial do Paraná, destinado a magistrados, servidores, estagiários e colaboradores do TJPR, bem como a outros profissionais pertencentes à rede de atendimento às mulheres em situação de violência.
- No mês de setembro, a EJUD realizou solenidade de abertura do curso "Equidade de Gênero e Diversidade – desafios e impactos no âmbito do Poder Judiciário". A capacitação, direcionada para magistradas e magistrados atuantes na Justiça Estadual, contou com a parceria da Comissão de Igualdade e Gênero. O curso de aperfeiçoamento teve o objetivo de auxiliar magistrados a reconhecerem e enfrentarem as causas de desigualdade de gênero e raça, qualificando as decisões de acordo com as novas perspectivas de inclusão da diversidade. Além disso, a capacitação propôs soluções e estratégias de enfrentamento no âmbito deste Tribunal e da sociedade como um todo.

Dentre os diversos cursos e eventos promovidos pela Escola Judicial do Paraná em 2023, apresentam-se alguns dados abaixo:



Comunicação com a Sociedade

- Em 2023, foram publicadas 747 notícias, com um total de 317.889 visualizações.
- Quantidade de seguidores nas redes sociais do Tribunal de Justiça ao longo do ano de 2023:



Melhorias nas Instalações Físicas

06 fóruns em construção: Comarcas de Nova Aurora, Terra Rica, Francisco Beltrão, Londrina, Corbélia e Ampére



55 obras de reforma de edifícios

12 unidades receberam instalação de novos equipamentos de ar-condicionado



11.705 manutenções prediais preventivas e corretivas de edificações no estado: 10.444 manutenções corretivas e 1.261 manutenções preventivas

Manutenção preventiva de elevadores em 157 equipamentos



54 atendimentos de manutenção preventiva de geradores de energia

24 atendimentos de manutenção de sala segura e data center



- Em 2023, foram licitadas 15 obras de construção de novos edifícios para abrigar os Fóruns das Comarcas de: São Mateus do Sul, Prudentópolis, Carlópolis, Bocaiúva do Sul, Jandaia do Sul, Marialva, Peabiru, Ribeirão do Pinhal, Uraí, Loanda, Colorado, Iporã, Quedas do Iguaçu, Mangueirinha e Pontal do Paraná. Essas obras têm previsão de conclusão em 2025.



- Em 2023, foram realizadas 05 reformas relativas à acessibilidade nos edifícios do Tribunal de Justiça paranaense, sendo elas:
 - Vara de Adolescentes em Conflito com a Lei da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba: sanitário, rampa de acesso e piso tátil;
 - Foro Regional de Quatro Barras: instalação de balcão acessível;
 - Centro Judiciário de Curitiba da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba: alterações no estacionamento, acessos ao prédio, rampas e piso tátil;
 - Comarca de Foz do Iguaçu: instalação de balcão acessível;
 - Comarca de Cascavel: alterações de acessibilidade em escadas, sanitário, piso tátil e estacionamento; e
 - Foro Regional de São José dos Pinhais: plataforma elevatória.
- 14 projetos com os serviços ainda a serem contratados/executados:
 - Fórum da Comarca de Capanema: acessibilidade no salão do júri;
 - Fórum da Comarca de Apucarana: acessibilidade à edificação;
 - Prédio Anexo do Tribunal de Justiça na Comarca da Região Metropolitana de Curitiba: acessibilidade nas salas de sessão;
 - Prédio da Sede Mauá na Comarca da Região Metropolitana de Curitiba: acessibilidade nas salas de sessão;
 - Projeto Fórum Acessível: licitado em outubro de 2023, com projeto-piloto para o Foro Regional de Almirante Tamandaré;
 - Comarca de União da Vitória: plataforma para acesso ao salão do júri, sanitário e demais intervenções para a acessibilidade ao plenário do júri;
 - Comarca de Rebouças: acessibilidade ao salão do júri e balcão de atendimento;
 - Comarca de São Jerônimo da Serra: acessibilidade interna e sanitários;

- Comarca de Quedas do Iguaçu: rampas e balcões de atendimento;
 - Comarca de Morretes: acessibilidade interna e sanitário;
 - Comarca de Mangueirinha: rampas e sanitário;
 - Comarca de Imbituva: rampas e sanitário;
 - Comarca de Faxinal: rampa e piso tátil; e
 - Foro Regional de Almirante Tamandaré: plenário do júri, plataforma elevatória e sanitário.
- Também foram iniciados os procedimentos para diversas contratações de itens acessíveis, tais como: 280 cadeiras de rodas, rampa para cadeira de rodas, bancada de jurados, bancadas e guichês de atendimento, e bebedouros de pressão conjugado.

Ampliação do quadro de pessoas

- Foi aprovado pelo Órgão Especial desta Corte o Programa de Residência Jurídica, posteriormente instituído pela Resolução nº 412/2023. Podem participar do programa bacharéis em Direito formados, há no máximo 05 anos, que estejam matriculados em cursos de especialização *lato sensu*, mestrado, doutorado ou pós-doutorado.



Contratações

O Plano Anual de Contratações (PAC) é um instrumento de governança essencial para as contratações públicas realizadas pela Corte de Justiça paranaense.

O documento desempenha importante papel como ferramenta de gestão, assegurando o atendimento às necessidades prioritárias e essenciais do TJPR, no cumprimento de sua missão institucional e na efetiva prestação de serviços jurisdicionais à sociedade.

O PAC abrange todas as compras e contratações planejadas pelas unidades do TJPR, incluindo demandas relacionadas a obras e serviços de engenharia, tecnologia da informação, bens e serviços comuns, além de outras informações em atendimento ao contido na Resolução nº 347/2020 do CNJ.

Em relação ao PAC 2023, apresentam-se os seguintes dados:

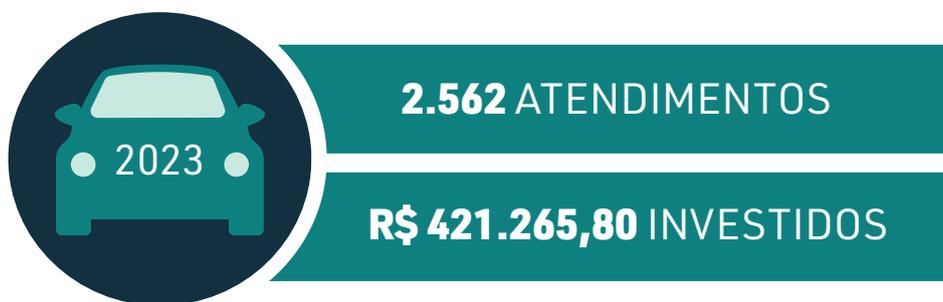
- Índice de execução do Plano de Contratações de Soluções de TIC em 2023, gerido pelo então Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação: 50%.
- No Plano de Contratações de Soluções de TIC, foram indicados 25 itens para planejamento das licitações. Destes, 12 tiveram aquisições formalizadas com os fornecedores, uma foi cancelada e outras 12 ainda estavam em andamento até dezembro.

- Índice de execução do PAC pelo então Departamento de Gestão de Serviços Terceirizados: 94,45%.
- As demandas de competência da Coordenadoria de Licitações e Compras Diretas apresentaram 100% de cumprimento do constante no PAC.



Eficiência na utilização dos recursos públicos: ações para redução de despesas

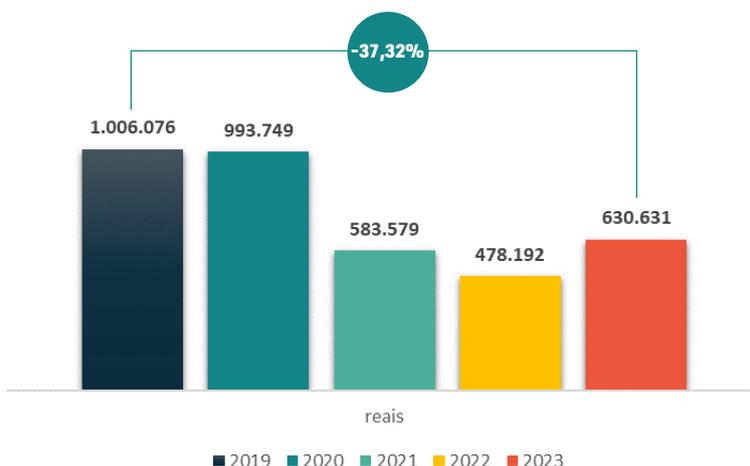
- O **TaxiGov**, uma plataforma destinada a oferecer transporte aos colaboradores e colaboradoras do Judiciário paranaense, é voltado principalmente aos atendimentos psicossociais e ao transporte de juradas e jurados. O TJPR, ao utilizar transporte terceirizado, visa à redução de custos operacionais e de manutenção com veículos próprios, promovendo maior eficiência e qualidade no serviço prestado. Quanto à utilização da plataforma no ano de 2023, foi registrado um total de 2.562 atendimentos. Esse quantitativo reflete um investimento de R\$ 421.265,80, corroborando com a eficácia do sistema em responder às demandas de transporte, atendendo principalmente o interior do Estado do Paraná.



- A frota do Tribunal de Justiça consiste em 145 veículos próprios, complementada por mais 265 locados por meio de contratos. Esta abordagem híbrida, que totaliza 410 veículos à disposição do Judiciário paranaense, visa à otimização de custos e à flexibilidade operacional.

- Com relação aos gastos com manutenção de veículos, houve uma clara tendência de redução no período de 2019 a 2023. Observa-se uma diminuição contínua dos custos durante esses anos. Apesar da leve alta recente (ano de 2023), o panorama geral ainda indica uma redução substancial aos custos de manutenção ao longo do período analisado.

Gasto com manutenção de veículos



- Usina Fotovoltaica:** foi iniciada a construção da usina fotovoltaica, implantada no Município de Campo Mourão, com capacidade total instalada de 5 MW, que deverá ser concluída no primeiro semestre de 2024, suprimindo aproximadamente 25% do consumo de energia demandado pelo Tribunal de Justiça.



- Projeto Remobili:** trata-se da criação de um espaço destinado à revitalização e pequenos reparos de bens permanentes, permitindo a prolongação da vida útil de tais bens e a redução do dispêndio de recursos públicos. O projeto também envolve a economia de recursos humanos com a diminuição de processos para a efetivação das aquisições e desfazimentos patrimoniais. Dessa forma, a revitalização de mobiliários permitirá a recuperação de pelo menos 30% dos móveis recolhidos. Até dezembro de 2023, dos 621 itens que passaram pelo espaço REMOBILI, 287 foram recuperados e retornaram aos estoques da Coordenadoria de Patrimônio e Suprimentos.

ESTRUTURA DE CONTROLE

GESTÃO DE RISCOS

A Gestão de Riscos é importante instrumento de apoio à governança e à gestão. Ela permite que o Tribunal de Justiça seja dirigido e controlado no que se refere aos riscos que podem afetar o atingimento dos objetivos e da estratégia institucional.

Trata-se de um processo contínuo que abrange um conjunto de ações destinadas a identificar, analisar, tratar e monitorar os eventos de risco em potencial, contribuindo para a sua redução ou neutralização.

A Coordenadoria de Governança, Riscos e Conformidade é a responsável pela coordenação e monitoramento do gerenciamento de riscos na instituição. Dentre as iniciativas praticadas com relação ao gerenciamento de riscos na Corte paranaense em 2023, destacam-se as seguintes:

- **Comitê de Gestão de Riscos:** O Comitê realizou duas reuniões em 2023 e algumas de suas discussões incluíram as oficinas de Gestão de Riscos realizadas, atualização da Política de Gestão de Riscos e o curso de Gestão de Riscos.
- **Oficinas de Gestão de Riscos:**



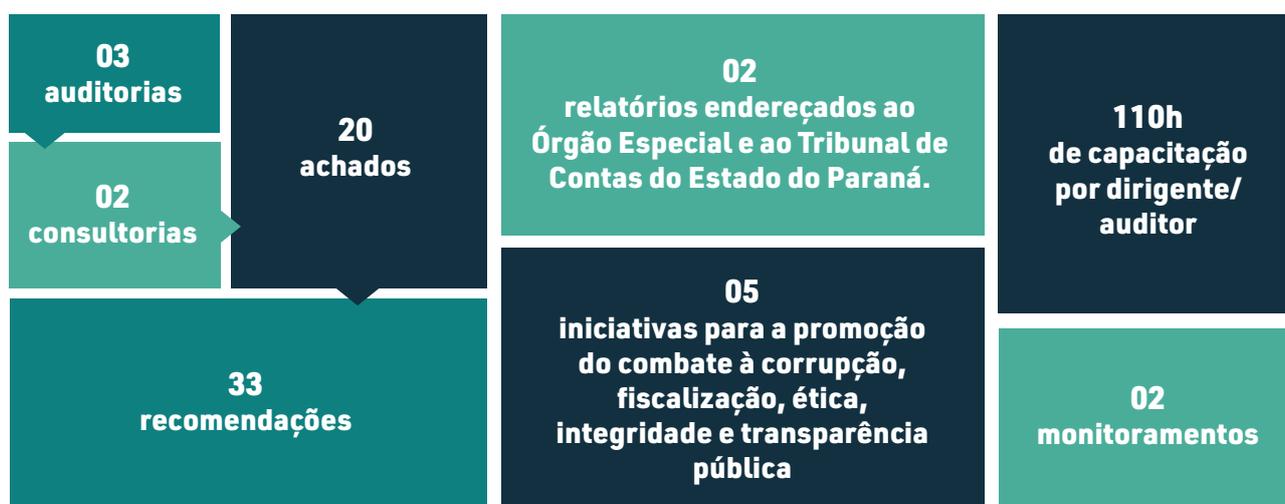
- **Curso de Gerenciamento de Riscos no Poder Judiciário do Estado do Paraná:** o curso, que é aberto ao público interno e externo e pode ser localizado na [página da EJUD](#), foi elaborado com base nas diretrizes do Manual de Gestão de Riscos do Poder Judiciário do Estado do Paraná (Decreto Judiciário nº 461/2021) e nas Oficinas de Gestão de Riscos, desenvolvidas e conduzidas pela Coordenadoria de Governança Riscos e Conformidade. O curso apresenta, de forma sintética e didática, os conceitos fundamentais do gerenciamento de riscos, possibilitando sua compreensão e sua aplicação pelas unidades administrativas e judiciais do Tribunal de Justiça.

CONTROLES INTERNOS

Auditoria Interna

A unidade de Auditoria Interna exerce, de forma exclusiva, a atividade de auditoria, de modo a agregar valor, melhorar as operações e auxiliar o Poder Judiciário do Estado do Paraná a alcançar os seus objetivos.

Algumas das ações, realizadas pela Auditoria Interna do TJPR em 2023 para o alcance dos seus objetivos, estão descritas a seguir:



- Além disso, a Auditoria Interna representa o Tribunal de Justiça do Paraná perante a Rede de Controle da Gestão Pública – Paraná, como Agente de Integração Titular.
- A unidade de Auditoria Interna desempenha um papel fundamental ao oferecer consultoria especializada, por meio de facilitação, no Programa Nacional de Prevenção à Corrupção no âmbito do Tribunal de Justiça do Paraná.

Ouvidoria-Geral da Justiça

A responsabilidade da Ouvidoria-Geral da Justiça é receber, analisar e direcionar as informações, sugestões, reclamações, denúncias, críticas e elogios, relacionados ao funcionamento do Poder Judiciário do Estado do Paraná, e encaminhá-los às instâncias administrativas ou judiciais competentes.

Esse elo entre a sociedade e o Tribunal não apenas facilita a comunicação, mas desempenha um papel fundamental na promoção da cidadania e no aprimoramento constante dos serviços judiciais, garantindo uma justiça mais acessível, transparente e eficaz.

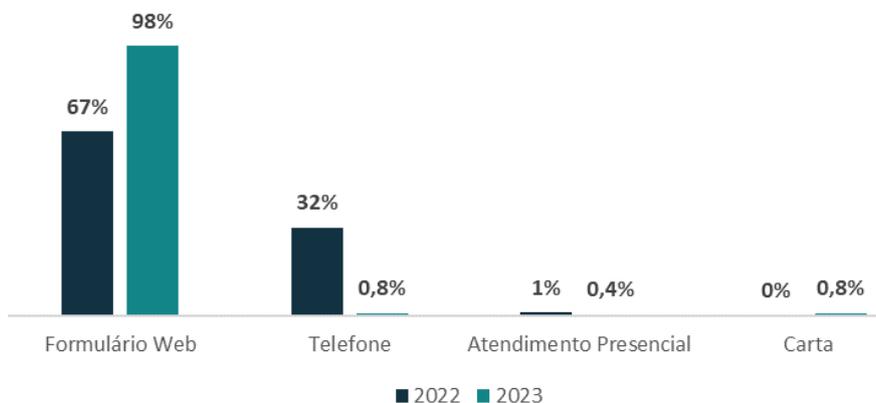
Canais de contato com a Ouvidoria-Geral da Justiça:



| FORMULÁRIO ELETRÔNICO | TELEFONE | CARTA | ATENDIMENTO PESSOAL |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------|
|  | <p>(0800-200-1003)</p> <p>De segunda a sexta-feira, das 12h às 18h</p> | <p>Endereço para correspondência:</p> <p>3º andar do Prédio Anexo do Palácio da Justiça – Praça Nossa Senhora de Salette- Centro Cívico -Curitiba/PR CEP: 80530-912.</p> | <p>No mesmo endereço para correspondência, das 12h às 18h, de segunda a sexta-feira</p> |

As demandas recebidas pelo canal de acesso no ano de 2023, em comparação a 2022, demonstram maior adesão ao formulário eletrônico como apresenta o gráfico abaixo:

Demandas recebidas por canal de acesso



4.664 sugestões, reclamações, críticas e elogios recebidos pelos canais de comunicação da Ouvidoria-Geral da Justiça.

124 solicitações de informações fundamentadas na Lei de Acesso à Informação (Lei Federal no 12.527/2011).

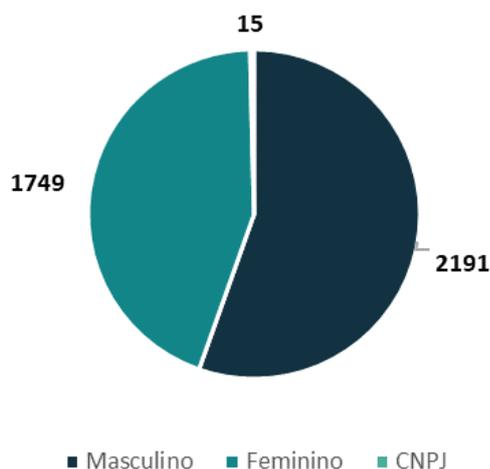
Percentual de sugestões, reclamações, críticas e elogios respondidos aos solicitantes: **100%**.

A Ouvidoria responde todas as manifestações sempre que informado o contato para resposta.

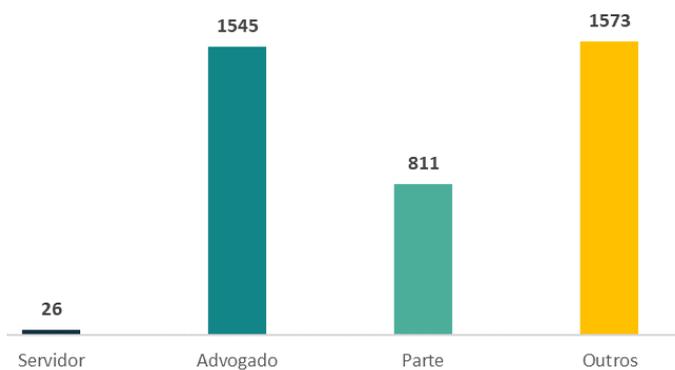
Manifestações Recebidas por Tipo



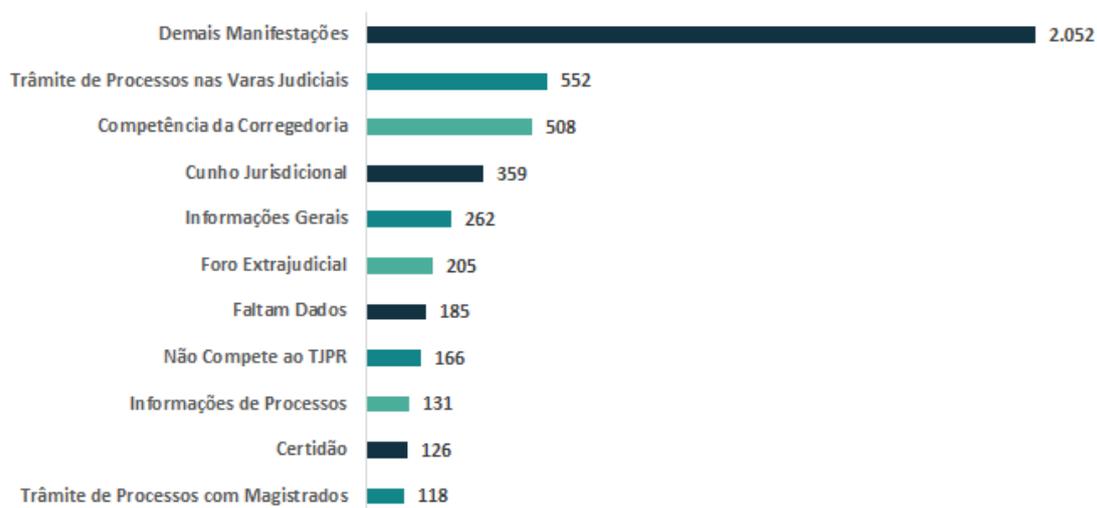
Categoria dos manifestantes



Relação dos manifestantes com o Tribunal



Motivos das manifestações



Ouvidoria da Mulher

No mês de novembro, foi instalada a **Ouvidoria da Mulher** no Judiciário paranaense. Dentre suas atribuições e competências, destaca-se a missão de prestar informações, receber sugestões, reclamações, denúncias, críticas e elogios sobre a tramitação de procedimentos judiciais, relativos à violência contra a mulher, e o fornecimento de orientações sobre a rede de proteção à mulher.

O órgão é um canal especializado em receber e encaminhar demandas relacionadas à violência e às violações de direitos contra a mulher, seja em situações de violência de gênero, assédio moral, sexual ou discriminações.

As sugestões, reclamações, críticas e elogios, destinados à Ouvidoria da Mulher, devem ser encaminhados pelos mesmos canais de atendimento da Ouvidoria-Geral da Justiça.

Canal de Denúncias do Poder Judiciário

Inaugurado em 2021, o Canal de Denúncias mantém seu pleno funcionamento, proporcionando um espaço seguro e confidencial para que os colaboradores e o público em geral possam relatar quaisquer condutas impróprias, como corrupção, fraude, assédio moral ou sexual, uso indevido de bens públicos, entre outros assuntos relacionados aos agentes e órgãos do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

Além disso, as denúncias recebidas são tratadas de maneira adequada pelo Tribunal de Justiça, contribuindo para a identificação e o combate de práticas ilegais, e promovendo um ambiente ético e saudável dentro da instituição.

O Canal de Denúncias do Poder Judiciário está acessível por meio do QR CODE em que são fornecidas orientações sobre como enviar uma denúncia e por quais canais ela pode ser enviada.



Correições e Inspeções no Foro Judicial e Extrajudicial

De acordo com as disposições do Código de Normas do Foro Judicial, a função correcional consiste na supervisão contínua de juízes, servidores, oficiais de justiça, agentes delegados, serviços auxiliares e estabelecimentos prisionais. Essa responsabilidade é exercida em todo o estado do Paraná pelo Corregedor-Geral da Justiça, pelo Corregedor da Justiça e, dentro de suas competências, pelos Juízes Auxiliares.

No âmbito do foro extrajudicial, a correição desempenha um papel crucial, sendo essencial para garantir eficiência, transparência e legalidade aos procedimentos realizados fora do contexto judicial formal.

O propósito primordial é assegurar que os serviços notariais e de registro estejam em total conformidade com as normas legais e éticas, o que implica na análise minuciosa dos processos, na verificação da adequação dos procedimentos adotados e na identificação de eventuais irregularidades.

- Ao longo do ano de 2023, foram conduzidas correições ordinárias nos serviços registrais e notariais do Estado do Paraná. Essas correições abrangeram um total de 55 Comarcas e 417 Serventias do Foro Extrajudicial, sendo 222 unidades correicionadas presencialmente e 195, virtualmente. A opção pela modalidade virtual proporciona maior celeridade ao desenvolvimento da atividade, ao mesmo tempo em que contribui para a redução de custos aos cofres públicos.



55 COMARCAS



417 SERVENTIAS
222 foram presenciais
195 virtuais.



**948 INSPEÇÕES ANUAIS
REMETIDAS**

- Também foram remetidas 948 Inspeções Anuais no Foro Extrajudicial do Estado, as quais vieram para análise, conferência e posterior devolução para arquivamento nas unidades de origem.
- Já no Foro Judicial paranaense, foram realizadas 68 correições em comarcas/foros, 198 unidades judiciárias e 98 correições ordinárias.
 - Além disso, a previsão do Conselho Nacional de Justiça para correições é de 33,33% das unidades judiciais, ou seja, 185 do total de 554 unidades ativas no Estado do Paraná. Assim, deduz-se que foi ultrapassada a meta com a correição de 198 unidades, ressaltando que também foi observado o prazo máximo de 3 anos entre os trabalhos anteriores.

Outros projetos da Corregedoria-Geral da Justiça:

- O programa "Diálogos com a Corregedoria" foi reiniciado com o propósito de aprimorar os estudos relacionados à atividade notarial e registral. No dia 31 de outubro, a primeira reunião abordou o tema "Os Aspectos Registrais da Reprodução Assistida e Parentalidade Socioafetiva".
- A pesquisa de pós-correição é um instrumento eficiente de coleta de dados sobre a percepção de todos os servidores em relação às correições e a diversos fatores que influenciam a rotina no ambiente organizacional. A ação é destinada a colher um *feedback* das unidades correicionadas para fins de aprimoramento da atividade correicional. Por tais informações, constata-se que o índice de satisfação dos servidores e servidoras com as orientações, repassadas nas correições das unidades judiciais em 2023, foi de 99%.
- A Corregedoria-Geral da Justiça do TJPR recebeu o Prêmio "Corregedoria Ética", instituído pelo CNJ, envolvendo os projetos "Resgate de Processos Sobrestados" e "Núcleo de Monitoramento de Perfil de Demandas (Numopede)".

DADOS ECONÔMICO- FINANCEIROS

Os recursos financeiros destinados ao cumprimento da missão institucional do Poder Judiciário do Estado do Paraná, incluindo detalhes sobre sua origem e utilização, são apresentados nesta seção. A maior parte desses recursos provém de transferências recebidas por meio do repasse de cotas do Tesouro Estadual, conhecidas como duodécimos, estabelecidos durante a elaboração da proposta orçamentária, conforme os limites percentuais da Receita Geral do Tesouro do Estado do Paraná. Além da receita orçamentária mencionada, o Poder Judiciário também arrecada recursos próprios, provenientes de Fundos Especiais, quais sejam: Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário do Estado do Paraná (FUNREJUS); Fundo da Justiça (FUNJUS); e Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (FUNSEG). Esses fundos foram criados para atender a finalidades específicas relacionadas às atividades institucionais do Judiciário paranaense.

TJPR – Recursos de repasse do Tesouro Estadual

TJPR – Recursos de Repasse do Tesouro Estadual

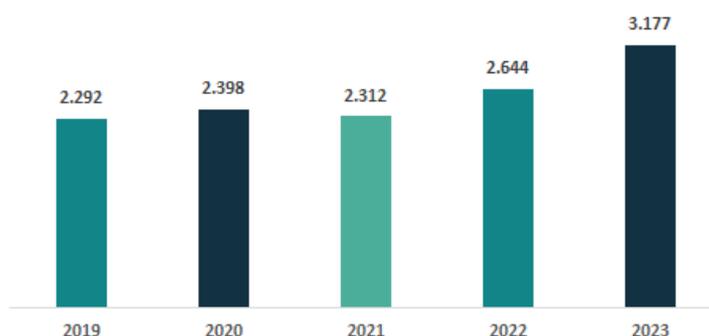
| DESTINAÇÃO | VALOR (R\$) | % |
|----------------------------|-------------------------|------------|
| Pessoal e Encargos Sociais | 2.570.581.668,00 | 87,37 |
| Outras Despesas Correntes | 371.697.004,00 | 12,63 |
| Total | 2.942.278.672,00 | 100 |

Execução Orçamentária:

| DESCRIÇÃO | EMPENHADA (R\$) | PAGA (R\$) | A PAGAR (R\$) |
|----------------------------|-------------------------|-------------------------|-----------------------|
| Despesas Correntes | 2.942.275.407,18 | 2.566.756.008,80 | 375.519.398,38 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 2.570.581.660,75 | 2.196.623.743,25 | 373.957.917,50 |
| Outras Despesas Correntes | 371.693.746,43 | 370.132.265,55 | 1.561.480,88 |
| Total da Despesa | 2.942.275.407,18 | 2.566.756.008,80 | 375.519.398,38 |

Comportamento das receitas ao longo dos últimos anos:

DUODÉCIMOS RECEBIDOS NOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS



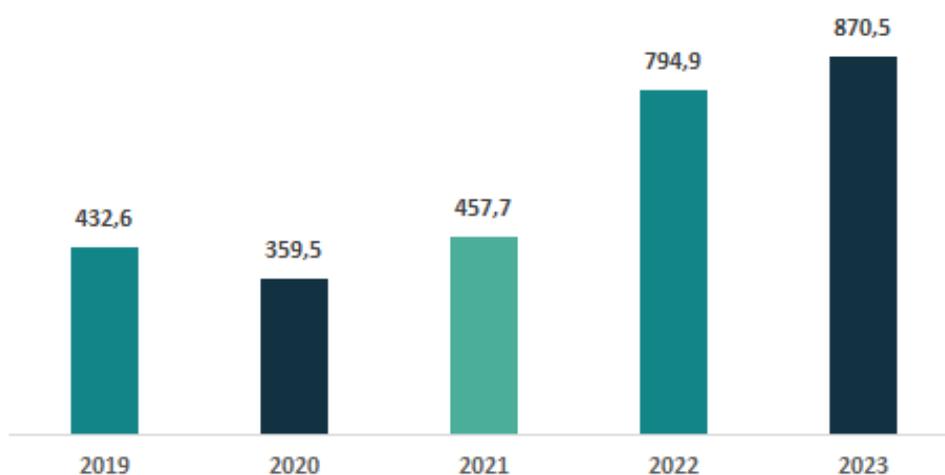
*Valores em milhões de reais

FUNREJUS – Recursos de arrecadação própria

O Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário do Estado do Paraná (FUNREJUS), estabelecido pela Lei nº 12.216/1998 e modificado pela Lei nº 19.052/2017, tem como finalidades: financiar a aquisição, construção, ampliação e reforma de edifícios forenses e outros imóveis do Poder Judiciário; custear a compra de equipamentos, materiais permanentes e softwares; suportar a implementação e manutenção dos sistemas de informática da Justiça Estadual; e cobrir despesas correntes, excluindo gastos com pessoal e encargos sociais.

| ORIGEM DAS RECEITAS – FUNREJUS | TOTAL (R\$) | % SOBRE O ARRECADADO |
|----------------------------------------|-----------------------|----------------------|
| Taxa de ocupação de imóveis | 7.857.433,00 | 0,90 |
| Rendimentos de aplicações | 207.305.520,25 | 23,81 |
| Contrato Caixa Econômica Federal | 300.429.932,98 | 30,13 |
| Contrato Folha de Pagamento Banco Itaú | 14.107.677,51 | 1,62 |
| Serviços Judiciários | 336.115.603,29 | 38,61 |
| Outras Receitas Eventuais | 4.480.505,52 | 0,52 |
| Dívida Ativa | 225.732,69 | 0,03 |
| TOTAL | 870.522.405,24 | 100 |

Comportamento das receitas nos últimos anos:



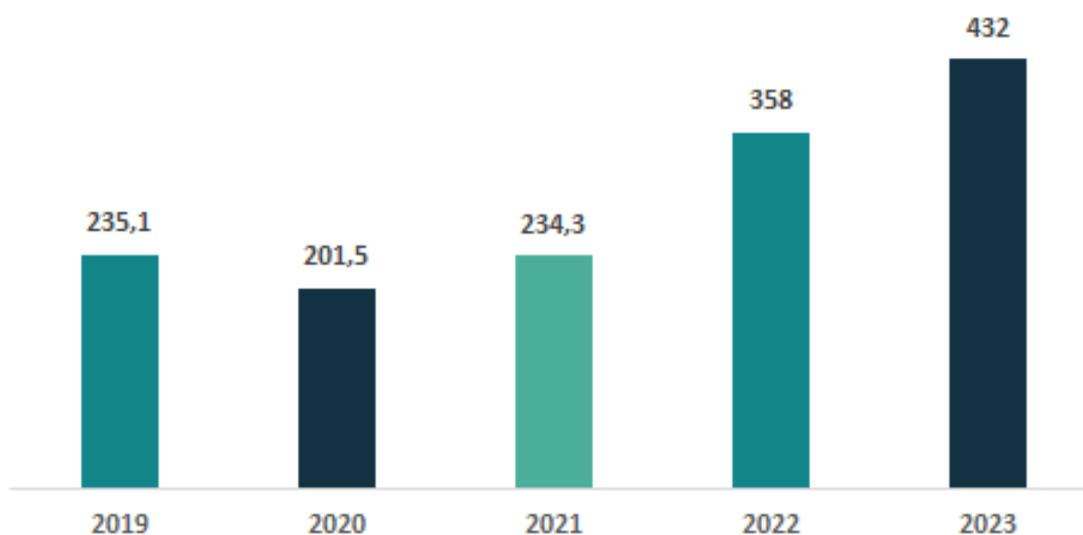
*Valores em milhões de reais

FUNJUS – Receitas de arrecadação própria

O Fundo da Justiça (FUNJUS), instituído pela Lei nº 15.942/2008 e modificada pela Lei nº 17.217/2012, tem a finalidade de fornecer os recursos orçamentários e financeiros necessários para cobrir as despesas resultantes do processo de estatização, incluindo a reposição dos servidores do Quadro de Pessoal das unidades estatais do 1º Grau de Jurisdição do Estado do Paraná.

| ORIGEM DA RECEITA – FUNJUS | TOTAL (R\$) | % |
|----------------------------------------|-----------------------|------------|
| Serviços Judiciários | 239.008.920,49 | 55,32 |
| Convênio com a Caixa Econômica Federal | 100.143.311,00 | 23,18 |
| Rendimentos de aplicações | 58.027.955,06 | 13,43 |
| Taxa Judiciária - 98% FUNJUS | 29.972.913,29 | 6,94 |
| Dívida ativa | 230.089,78 | 0,05 |
| TOTAL | 432.085.748,78 | 100 |

Comportamento das receitas nos últimos anos:



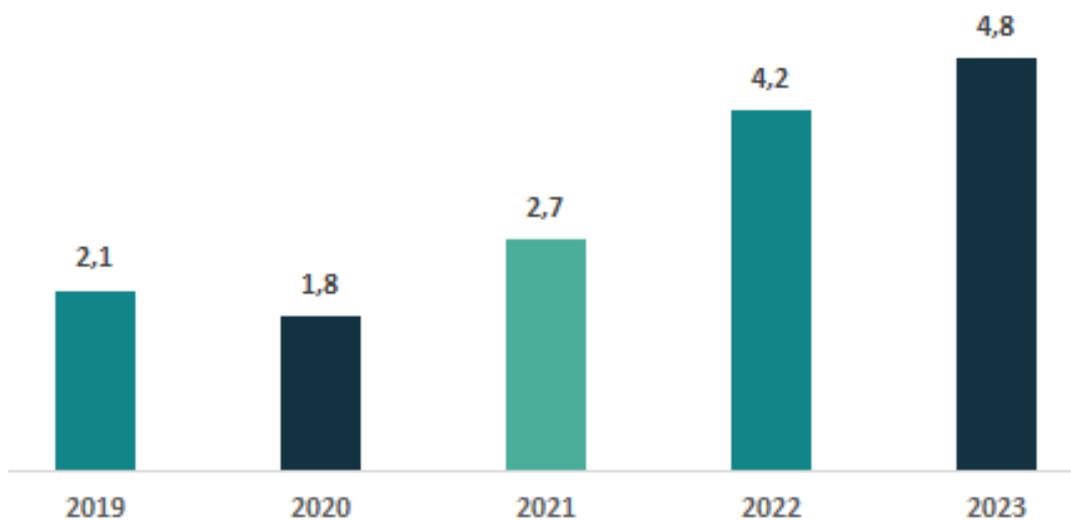
*Valores em milhões de reais

FUNSEG – Receitas de arrecadação própria

O Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (FUNSEG), instituído pela Lei nº 17.838/2013, tem como finalidade o suporte financeiro para instauração e manutenção do Sistema de Segurança dos Magistrados.

| ORIGEM DAS RECEITAS – FUNSEG | TOTAL R\$ | % SOBRE O TOTAL ARRECADADO |
|--------------------------------------------------------------------------|---------------------|----------------------------|
| Rendimentos e aplicações financeiras | 2.484.355,27 | 50,82 |
| Arrecadação de 0,2% da receita bruta dos Cartórios do Foro Extrajudicial | 2.402.668,70 | 49,15 |
| Dívida Ativa | 1.564,58 | 0,03 |
| TOTAL | 4.201.800,32 | 100 |

Comportamento das receitas nos últimos anos:

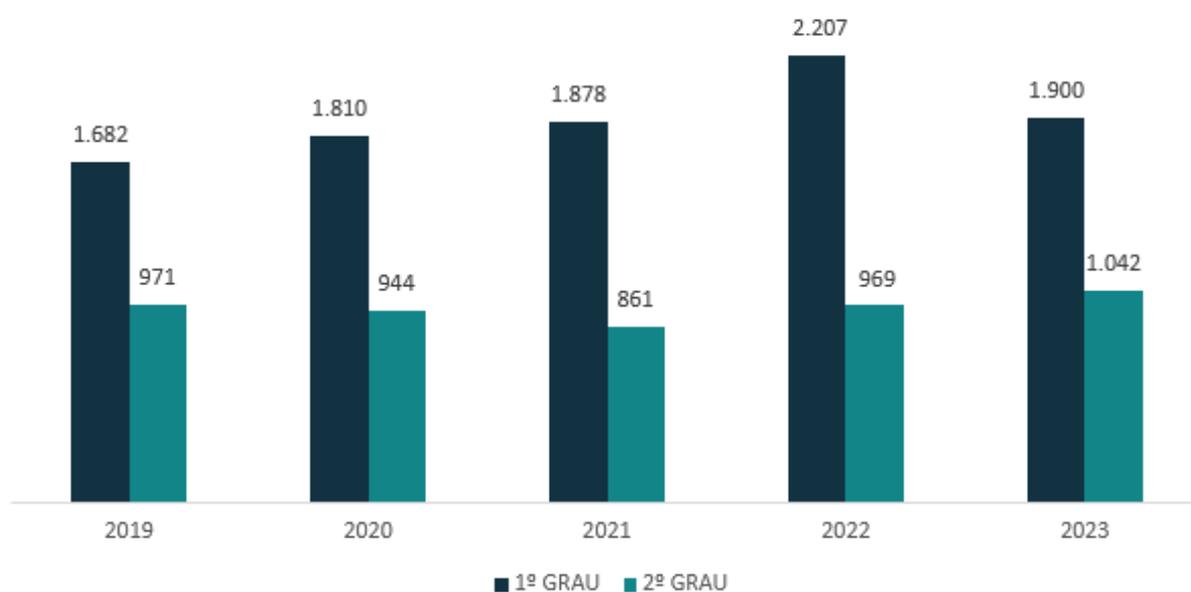


*Valores em milhões de reais

INVESTIMENTOS NO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO

Nos últimos anos, o TJPR tem se dedicado ao aprimoramento da infraestrutura e dos serviços do 1º grau de jurisdição, por meio de investimentos em recursos humanos, equipamentos e instalações físicas adequadas e acessíveis. Para ilustrar tal comprometimento, entre os anos de 2019 e 2023, os investimentos realizados no 1º grau aumentaram 12,93% em termos percentuais, enquanto no volume financeiro cresceu 10,85%.

Evolução da Execução do Orçamento entre 1º e 2ª graus:



*Valores em milhões de reais

POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA

O TJPR está continuamente aprimorando suas práticas de governança, com o objetivo de promover uma gestão eficiente e efetiva, proporcionando a entrega de melhores resultados à sociedade e reforçando seu compromisso com a transparência e o interesse público.

Por meio das práticas de governança, o Tribunal melhora sua tomada de decisão, fortalece a liderança dos agentes e a sua responsabilidade perante a sociedade.

A seguir, são apresentadas algumas das práticas de governança que a Corte de Justiça paranaense vem implementando.

Programa de Governança Institucional



O Programa de Governança Institucional (PGI), lançado em 2021, é um documento de referência para práticas e ações de governança que são adotadas pelo Tribunal de Justiça do Paraná.

Desenvolvido de maneira colaborativa e integrada, o documento reúne um conjunto de iniciativas e práticas destinadas a promover o desenvolvimento e o fortalecimento dos mecanismos de liderança, estratégia e controle. Esses mecanismos são empregados para avaliar, orientar e monitorar a gestão do TJPR, assegurando uma administração mais eficiente e alinhada aos objetivos institucionais.

O PGI é composto de 24 iniciativas, das quais, até o final de 2023, 87,5% já estavam concluídas. No quadro a seguir, é possível verificar cada iniciativa e seu *status* em dezembro de 2023.

| INICIATIVAS DO PROGRAMA DE GOVERNANÇA INSTITUCIONAL | | STATUS |
|-----------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------|------------|
| 1 | Promover capacitação e melhoria contínua da Auditoria Interna | Finalizada |
| 2 | Fortalecer a independência e comunicação da Auditoria Interna | Finalizada |
| 3 | Definir a estratégia | Finalizada |
| 4 | Promover a governança das contratações | Finalizada |
| 5 | Elaborar Código de Ética e Conduta | Finalizada |
| 6 | Elaborar o Manual de Gestão de Riscos do PJPR | Finalizada |
| 7 | Reformular o Portal da Transparência | Finalizada |
| 8 | Estabelecer Canal de Denúncias | Finalizada |

| | | |
|----|------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|
| 9 | Promover a capacitação e divulgação do gerenciamento de riscos | Finalizada |
| 10 | Estabelecer a estrutura de gestão de riscos | Finalizada |
| 11 | Promover a Governança Institucional | Finalizada |
| 12 | Desdobrar a estratégia | Finalizada |
| 13 | Monitorar a estratégia | Finalizada |
| 14 | Prestar contas às partes interessadas | Finalizada |
| 15 | Comunicar a Auditoria Interna acerca da estratégia | Finalizada |
| 16 | Garantir o efetivo acompanhamento das recomendações de auditoria | Finalizada |
| 17 | Monitorar a gestão | Finalizada |
| 18 | Promover a transparência Ativa e Passiva | Finalizada |
| 19 | Fortalecer o Sistema de Controle Interno e o Modelo das Três Linhas | Finalizada |
| 20 | Promover o desenvolvimento de competências e avaliação de desempenho | Finalizada |
| 21 | Propor o programa de compliance do TJPR | Finalizada |
| 22 | Estabelecer requisitos de competência, desempenho e sucessão da liderança e dos gestores | Em andamento |
| 23 | Divulgar e manter atualizada a Carta de Serviços ao Usuário | Em andamento |
| 24 | Promover pesquisas de satisfação | Em andamento |

O Programa de Governança e demais informações sobre governança no TJPR podem ser localizados no [Portal da Governança Institucional](#).

- O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná ficou em 1º lugar entre os tribunais de grande porte e em 2º lugar geral entre todos os órgãos do Judiciário no Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (iGovTIC-JUD), edição 2023.

Integridade e Ética

- **Aplicação do Código de Ética e Conduta nas Redes Sociais** - de acordo com o Decreto Judiciário nº 523/2021, os colaboradores do Poder Judiciário são obrigados a manter dignidade e decoro tanto em suas interações públicas quanto privadas, incluindo suas atividades em redes sociais. A aplicação do Código de Ética e Conduta do Tribunal se estende à conduta dos seus membros nas redes sociais. Isso significa que denúncias relacionadas a possíveis violações desses princípios em ambientes virtuais também serão tratadas.

- **Projeto Você Sabia** - Durante o ano de 2023, o TJPR promoveu uma série de postagens regulares em sua plataforma na rede social Instagram. O propósito primordial dessas publicações foi estimular a curiosidade, o interesse e o comprometimento daqueles que estão vinculados ao Código de Ética e Conduta, ao mesmo tempo, em que buscavam informar o público em geral. Dentre as diversas postagens veiculadas, destacam-se:

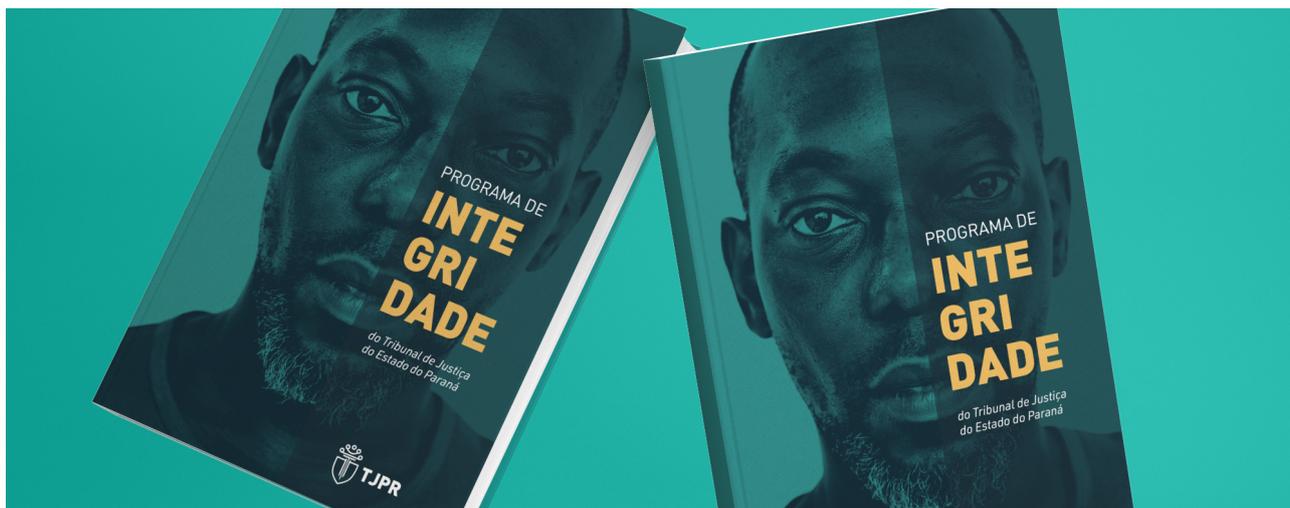


As postagens apresentam casos práticos ligados às condutas éticas, a fim de que o leitor reflita sobre os princípios e regras do Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

A Comissão de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Paraná, com competência deliberativa e consultiva, está disponível a todos os interessados para receber consultas relacionadas ao tema. Os interessados podem contatá-la por meio dos canais de atendimento da Ouvidoria Geral de Justiça, preferencialmente pelo telefone 0800-200-1003, ou pelo [formulário eletrônico](#), orientando a conduta esperada dos servidores e demais colaboradores. A Comissão realizou 10 reuniões, em 2023, cujas ações estão disponíveis em sua [página](#) no site do Tribunal de Justiça.

- Destaca-se que, em 2023, foram emitidos 441 certificados do curso “Código de Ética e de Conduta dos servidores e demais colaboradores do Poder Judiciário do Estado do Paraná”. A capacitação acontece na modalidade à distância, de forma autoinstrucional, no Ambiente Virtual de Aprendizagem da Escola Judicial do Paraná.

O Programa de Integridade do TJPR



O Programa de Integridade do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná foi desenvolvido e implementado, pela Coordenadoria de Governança, Riscos e Conformidade (CGRC), em observância aos ditames da Resolução nº 410 do CNJ e aos padrões de excelência nacional e internacional relacionados ao tema. O objetivo primordial é promover uma cultura de integridade, reforçando a prevenção, detecção e punição de fraudes e irregularidades no Judiciário paranaense.

Além disso, o Programa segue as diretrizes da Resolução nº 336/2022 do Órgão Especial do TJPR, que estabelece a Política e o Sistema de Governança Institucional, fundamentados em princípios como capacidade de resposta, integridade, transparência, equidade, participação, prestação de contas, responsabilidade, confiabilidade e melhoria regulatória.

O Programa de Integridade do TJPR está alicerçado nos seguintes pilares:



Esse importante instrumento foi lançado oficialmente no Fórum Internacional de Integridade, em celebração aos dois anos da Resolução nº 410/2021 do CNJ. O Fórum reuniu, presencial e virtualmente, mais de 400 inscritos, entre eles, autoridades e especialistas nacionais e internacionais para discutir boas práticas de integridade, abordando três principais vertentes: integridade na administração pública, global e no Poder Judiciário.

Campanha de Integridade

Com o propósito de fomentar ações que incentivem a construção de um ambiente marcado pela integridade, ética e transparência, com fundamento no respeito mútuo, uma campanha de comunicação foi elaborada, tendo como conceito central:

Integridade a gente constrói todo dia.

O propósito deste conceito é incentivar que todos adotem uma postura íntegra e responsável em todas as atividades, dentro e fora da instituição.

Para reforçar a disseminação do conceito da campanha e fortalecer os seis pilares do Programa de Integridade, foram desenvolvidos materiais de divulgação, incluindo banners, cartazes e adesivos para crachás.



Apio e Comprometimento da Alta Administração



Políticas e Procedimentos



Auditoria e Monitoramento Contínuo



Treinamento e Comunicação



Diversidade e Inclusão



Gestão de Riscos à Integridade e Controles Internos

Por meio dessa campanha contínua e permanente, o TJPR busca promover um padrão de conduta íntegra, caracterizado pela justiça, transparência e conformidade com as leis e os regulamentos. Esta cultura fomenta a confiança tanto interna quanto externa, diminui os riscos e consolida a imagem deste Tribunal.

Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD

Em 2023, o Tribunal de Justiça do Paraná prosseguiu com a implementação das medidas necessárias para se adequar à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), conforme estabelecido pela Resolução nº 363/2021.

A Coordenadoria de Governança, Riscos e Conformidade (CGRC), incumbida de apoiar o Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais (CGPD) na implementação do Plano de Ação da LGPD, finalizou o processo de inventário para mapear todas as atividades de tratamento de dados pessoais nas unidades administrativas do TJPR.

Em 2023, foi concluída a segunda etapa do inventário, com a aplicação do formulário de inventário de dados pessoais em 22 unidades administrativas, conforme iniciado no ano anterior.

O prazo para o preenchimento do segundo formulário encerrou-se em 26/01/2023, momento em que todos os processos inventariados pelas unidades administrativas do Tribunal de Justiça foram registrados. Como resultado, as unidades administrativas do TJPR totalizaram 328 processos inventariados.

Após a conclusão dessa fase, a consolidação do inventário de dados nas unidades administrativas do TJPR foi finalizada, com o resultado integral sendo registrado e disponibilizado ao Presidente do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais, bem como aos demais setores envolvidos.

Em seguida, procedeu-se à análise detalhada dos formulários para verificar a adoção de medidas de segurança, técnicas e administrativas, capazes de proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados. Foram identificadas as justificativas para a coleta de dados, quais processos lidam com informações sensíveis de crianças e adolescentes, a presença de operadores externos nos processos e a segurança dos locais de arquivamento, resultando em uma avaliação preliminar das vulnerabilidades (*gap assessment*). Após essa avaliação realizada pela CGRC, foram destacadas as considerações pertinentes e encaminhadas à apreciação do Comitê Gestor de Dados Pessoais.

Além disso, o CGPD realizou 06 reuniões cujas ações estão disponíveis na sua [página](#) no portal do Tribunal de Justiça. Também foram efetuadas 94 consultas sobre proteção de dados pessoais no TJPR e cumpridas as metas estabelecidas no Plano de Ações do Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais para 2023.

FATORES DE RISCO RELEVANTES

Em cumprimento ao art. 21, § 1º, da Política de Governança Institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, os principais riscos estratégicos que podem impactar, em alguma medida, na continuidade da atividade do Judiciário paranaense são apresentados a seguir.

| SOCIEDADE E JURISDICIONADOS | QUESTÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E AMBIENTAIS | LEGISLAÇÃO E REGULAÇÃO |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>Ataques cibernéticos e segurança da informação</p> <p>Os casos frequentes de ataques cibernéticos geram preocupação com a segurança dos dados e da infraestrutura tecnológica do Tribunal de Justiça. Esses ataques podem comprometer informações sensíveis, interromper operações essenciais e minar a confiança pública na integridade do sistema judicial.</p> | <p>Restrições financeiras e orçamentárias</p> <p>A limitação de recursos pode comprometer a capacidade de investir em infraestrutura, tecnologia e capacitação de pessoal, essenciais para o funcionamento eficiente e seguro do Poder Judiciário.</p> <p>Desastres Naturais</p> <p>Prioridades nas esferas de governo estadual, nacional e internacional podem acarretar um quadro financeiro mais restritivo.</p> <p>Endemias, pandemias e eventos de saúde pública</p> <p>Esses eventos têm potencial de impactar significativamente nas operações judiciais, sobrecarregando recursos humanos e infraestruturais, e com potencial de prejudicar o acesso efetivo à justiça.</p> | <p>Alterações legislativas e normativas</p> <p>Alterações legislativas e normativas podem resultar em ônus adicionais, novos trabalhos e o surgimento de demandas emergentes. Tais mudanças podem provocar aumento expressivo no volume de demandas judiciais ou na dinâmica da prestação jurisdicional, exigindo esforços consideráveis para adaptar procedimentos e modelos de trabalho. Paralelamente, alterações nas diretrizes fiscalizatórias, especialmente aquelas emanadas do Tribunal de Contas do Estado (TCE), responsável pelo controle externo do TJPR, têm o potencial de impactar significativamente os processos de fiscalização, auditoria e prestação de contas da instituição, requerendo ajustes e adequações essenciais.</p> |



SAIBA MAIS EM
www.tjpr.jus.br/governanca-institucional/



A versão digital deste documento contém textos alternativos como recurso de acessibilidade.